



Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

Relatório e Contas 2017

Atividade
Sindical

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES	4
1. SÓCIOS	5
1.1. Movimento de sócios	
1.2. Por situação, género e grupo etário	
1.3. Por Secção Sindical	8
2. ATIVIDADES	
2.1. Ação sindical	
2.1.1. Vida Institucional	
2.1.2. Contratação Coletiva	
2.1.3. Sindicalização	
2.1.4. Informação	
2.1.5. Globalização e Cooperação	
2.2. Ação Social, Cultural e Tempos Livres	
2.2.1. Centro de Férias e Formação	
2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo	
2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer	
2.2.4. Colónias de Férias	
2.2.5. Atividades socioculturais	
2.2.6. Atividades desportivas	
2.3. Apoio Jurídico	
2.4. Formação	
2.5. Lutuosa	
3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS	38
3.1. Gestão	
3.2. Recursos Humanos	
3.2.1. Por Tipo de Pessoal	
3.2.2. Por Empresa	
3.2.3. Outros Indicadores	
3.3. Instalações	
4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	43
4.1. Enquadramento	
4.2. Análise Económica	
4.2.1. Análise Global	
4.2.2. Análise por Empresas	
4.3. Análise Financeira	
II PARTE – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	55
Balanço	
Demonstração dos Resultados por Naturezas	
Demonstrações de Fluxo de Caixa	
Demonstrações de Alterações no Capital Próprio	
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	60
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS	80

INTRODUÇÃO

O ano de 2017 confirmou-se como o ano de viragem no sistema financeiro português.

As dificuldades decorrentes da crise de 2008 deram sinais claros de estarem a chegar ao fim. A conjuntura internacional e as medidas tomadas permitiram um crescimento económico muito relevante nos contextos nacional e europeu, e a dinâmica daí decorrente refletiu-se no aumento da atividade económica e, consequentemente, na atividade bancária.

Estes novos tempos têm no entanto um efeito contrário no emprego, na quantidade e também na qualidade. Ou seja, a digitalização, facilitadora da vida dos utilizadores dos serviços bancários, tem vindo a afirmar-se não como uma solução mas como a solução, acentuando a diminuição do número de trabalhadores no setor. Esta conjugação apresenta-se como irreversível e reforça a necessidade de concretização do projeto de unificação dos Sindicatos que compõem a Febase. Cada vez mais banca e seguros têm similitudes – e o tempo corre contra o imobilismo.

Neste quadro adverso, o SBSI mantém o seu lugar de liderança do movimento sindical no setor e nacional.

Se é certo que se registou uma pequena diminuição no número de associados, não é menos certo que revelou, mais uma vez, capacidade de atração de novos associados.

Transparência, verdade, responsabilidade, equidade, solidariedade são apenas alguns dos valores por que nos pautamos. Recusamos a demagogia e a falsidade nos nossos argumentos de sindicalização. Reinventámos a relação com os bancários em geral e com os nossos associados em particular, quer presencialmente quer tirando proveito das novas tecnologias, respeitando assimetrias geracionais, bem como usos e saberes.

O reforço da contratação coletiva e o aumento do número de trabalhadores protegidos por IRCT é evidência do trabalho que tem vindo a ser levado a cabo, substituindo uma prática de aplicação ad hoc do ACT do Setor Bancário, sujeita à vontade da administração em funções e por compromissos com futuro.

A diversidade do nosso universo reflete-se também no trabalho desenvolvido pelo SAMS (apreciado em documento próprio). Não podem ser ignorados os esforços desenvolvidos no sentido de reforçar a sua sustentabilidade, tendo em conta a importância do seu papel, que vai muito além dos nossos beneficiários e utentes.

Num mundo em permanente mudança os diversos setores transformam-se a velocidades diferentes. O financeiro é um dos que mais rapidamente tem respondido a essa necessidade ou imposição. Pela nossa parte tudo fizemos para corresponder a essa transformação.

Este é e será sempre um trabalho inacabado, mas os resultados apresentados confirmam que estamos no bom caminho.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

- 1.1. Movimento de sócios
- 1.2. Por género, situação e escalão etário
- 1.3. Por Secção Sindical

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

1.1. Movimento de Sócios

No final de 2017, o SBSI contava com 38.794 sócios, menos 962 que em 2016 (-2,4%).

MOVIMENTO DE SÓCIOS	2017	2016	2015	Variação (%)	
	Nº	Nº	Total	17/16	16/15
Situação no início do ano	39.756	40.638	41.665	-2,2	-2,5
Admissões e readmissões	717	565	524	26,9	7,8
Cancelamento de inscrições	1.679	1.447	1.551	16,0	-6,7
Falta de pagamento de quotas	79	119	129	-33,6	-7,8
Abandono do sector	266	293	462	-9,2	-36,6
Pedidos de demissão	600	401	278	49,6	44,2
Falecimentos	436	414	463	5,3	-10,6
Licença sem vencimento	1	0	1	-	-100,0
Saídas com efeito em anos ant.	297	220	218	35,0	0,9
Situação no final do ano	38.794	39.756	40.638	-2,4	-2,2

Os pedidos de demissão e os falecimentos foram as principais causas para o cancelamento de inscrições, com 62% do total, correspondente a 1036 dos casos ocorridos durante o ano.

1.2. Por género, situação e escalão etário

SEXO / GRUPO ETÁRIO	2017		2016	2015	Variação (%)	
	Total	(%)	Total	Total	17/16	16/15
GÉNERO	38.794	100,0	39.756	40.638	-2,4	-2,2
Homens	24.286	62,6	24.963	25.634	-2,7	-2,6
Mulheres	14.508	37,4	14.793	15.004	-1,9	-1,4
SITUAÇÃO	38.794	100,0	39.756	40.638	-2,4	-2,2
Ativos	15.422	39,8	16.296	17.371	-5,4	-6,2
Reformados	23.372	60,2	23.460	23.267	-0,4	0,8
GRUPO ETÁRIO	38.794	100,0	39.756	40.638	-2,4	-2,2
< 30 anos	526	1,4	402	419	30,8	-4,1
31 - 40 anos	2.991	7,7	3.639	4.221	-17,8	-13,8
41 - 50 anos	6.116	15,8	6.455	6.713	-5,3	-3,8
51 - 60 anos	6.279	16,2	6.609	6.955	-5,0	-5,0
> 60 anos	22.882	59,0	22.651	22.330	1,0	1,4

A representatividade das mulheres, na estrutura de sócios do SBSI, manteve-se em 2017, constituindo estas 37,4% do total.

Os reformados mantêm o seu peso, em relação aos dois anos anteriores, atingindo, no final de 2017, 60,2% do total. Os escalões que representavam os associados com mais de 60 anos detinham 59% do total, contra 57% no ano anterior, um aumento de 231 sócios nesse grupo etário.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

1.2. Por género, situação e escalão etário

Todos os escalões etários, com excepção do que representa os sócios com menos de 30 anos e o de com mais de 60 anos, sofreram uma redução, em termos absolutos, assinalando-se a maior quebra no escalão de 31 a 40 anos. O grupo dos sócios com menos de 30 anos, apesar do aumento, representava apenas, cerca de 1,4% do total. O último escalão - que voltou a crescer, em 2017 - continua a ser o mais numeroso e o seu peso corresponde já a 59% do total.

1.3. Por Secção Sindical

Estavam registados, no final do ano, na área das Secções Sindicais de Empresa, 24.113 sócios, dos quais 56,3% eram reformados.

SECÇÕES DE EMPRESA E REFORMADOS	2017		2016	2015	Variação (%)	
	Total	(%)			Total	Total
SÓCIOS	24.113	100,0	24.681	25.258	-2,3	-2,3
Activos	10.529	43,7	10.995	11.659	-4,2	-5,7
Reformados	13.584	56,3	13.686	13.599	-0,7	0,6
SECÇÕES DE EMPRESA	10.529	43,7	10.995	11.659	-4,2	-5,7
BBVA	170	0,7	174	221	-2,3	-21,3
Santander Totta	1.349	5,6	1.434	1.343	-5,9	6,8
Millennium/BCP	2.052	8,5	2.133	2.215	-3,8	-3,7
Novo Banco	984	4,1	1.020	1.229	-3,5	-17,0
BPI	1.162	4,8	1.322	1.466	-12,1	-9,8
BANIF	69	0,3	166	335	-58,4	-50,4
Banco de Portugal	647	2,7	695	727	-6,9	-4,4
Barclays Bank	5	0,0	22	262	-77,3	-91,6
CCAM	275	1,1	272	277	1,1	-1,8
IFAP	174	0,7	181	180	-3,9	0,6
Montepio Geral	902	3,7	911	1.020	-1,0	-10,7
Unicre	122	0,5	128	142	-4,7	-9,9
Interempresas	1.300	5,4	1.113	811	16,8	37,2
SIBS	167	0,7	169	183	-1,2	-7,7
Banco Popular	261	1,1	348	328	-25,0	6,1
Grupo CGD	660	2,7	689	711	-4,2	-3,1
BIC	230	1,0	218	209	5,5	4,3
SECÇÃO DE REFORMADOS	13.584	56,3	13.686	13.599	-0,7	0,6

As Secções Sindicais de Empresa perderam 568 sócios, em 2017. Destaque para as Interempresas que aumentaram em 16,8 % o número de sócios (+187) e em sentido contrário temos o Banco BPI com menos 12,1% dos sócios (-160).

A Secção Sindical de Reformados que incorpora todos os sócios aposentados da área de Lisboa, que transitaram das Secções de Empresa, registou uma diminuição de 102 reformados, variação contrária a que foi registada em 2016.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

1.3. Por Secção Sindical

Face ao crescente número de saídas do setor por RMA (rescisões por mútuo acordo) ou outras, as Secções Sindicais Regionais registaram uma diminuição do número de sócios, relativamente ao ano anterior (- 394 sócios). No final do ano, estavam aqui recenseados 14.681 sócios, dos quais 66,7% eram reformados.

SECÇÕES REGIONAIS	2017		2016 Total	2015 Total	Variação (%)	
	Total	(%)			17/16	16/15
SÓCIOS	14.681	100,0	15.075	15.380	-2,6	-2,0
Activos	4.893	33,3	5.301	5.712	-7,7	-7,2
Reformados	9.788	66,7	9.774	9.668	0,1	1,1
SECÇÕES REGIONAIS	14.681	100,0	15.075	15.380	-2,6	-2,0
Angra Heroísmo	361	2,5	356	366	1,4	-2,7
Beja	515	3,5	543	554	-5,2	-2,0
Castelo Branco	479	3,3	505	509	-5,1	-0,8
Covilhã	357	2,4	377	380	-5,3	-0,8
Évora	884	6,0	896	922	-1,3	-2,8
Faro	1.057	7,2	1.108	1.165	-4,6	-4,9
Funchal	585	4,0	596	617	-1,8	-3,4
Horta	190	1,3	199	213	-4,5	-6,6
Ponta Delgada	778	5,3	810	850	-4,0	-4,7
Portalegre	574	3,9	582	593	-1,4	-1,9
Portimão	753	5,1	784	798	-4,0	-1,8
Santarém	1.102	7,5	1.147	1.170	-3,9	-2,0
Setúbal	4.822	32,8	4.897	4.969	-1,5	-1,4
Tomar	973	6,6	1.004	1.022	-3,1	-1,8
Torres Vedras	1.251	8,5	1.271	1.252	-1,6	1,5

O número de sócios entre os ativos diminuiu em 408 indivíduos, relativamente a 2016, tendo o número de reformados aumentado em mais 14 elementos.

À exceção de Angra do Heroísmo, todas as Secções Regionais reduziram o número de sócios em comparação com o ano anterior.

Na distribuição por género, nota-se predominância dos homens, no conjunto das Secções Regionais, representando 67,8% do total. Nos reformados, o peso dos homens é ainda destacado (74,5%).

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. ATIVIDADES

- 2.1. Ação Sindical
 - 2.1.1. Vida Institucional
 - 2.1.2. Contratação Coletiva
 - 2.1.3. Sindicalização
 - 2.1.4. Informação
 - 2.1.5. Globalização e Cooperação
- 2.2. Ação Social, Cultural e Tempos Livres
 - 2.2.1. Centro de Férias e Formação
 - 2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo
 - 2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer
 - 2.2.4. Colónias de Férias
 - 2.2.5. Atividades Sócio-Culturais
 - 2.2.6. Atividades Desportivas
- 2.3. Apoio Jurídico
- 2.4. Formação
- 2.5. Lutuosa

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.1. Vida Institucional

■ CONSELHO GERAL

- Em 20 de março de 2017: Apreciação e deliberação, nos termos da alínea f) do n.º 1 do Artigo 29.º dos Estatutos, do Relatório e Contas do Sindicato relativo ao exercício de 2016. Revogar a deliberação do Conselho Geral de 27.10.2016, para a venda do Palácio Leitão à GRAPES INTERNATIONAL INVESTMENT;

Ratificar a outorga e assinatura nos seus precisos termos do Contrato de Promessa de Compra e Venda celebrado em 29.12.2016, com a PEARLWAVE, Lda, relativamente ao denominado Palácio Leitão, sito na Rua Marquês de Fronteira 15-16, em Lisboa;

Nos termos da alínea h) do n.º 1 do Artigo 29.º dos Estatutos do SBSI, dar à Direção consentimento para outorga e assinatura do Contrato Definitivo de Compra e Venda do Palácio Leitão à PEARLWAVE, Lda.

Contratação Coletiva - Deliberar nos termos do n.º 2 do Art.º 29.º dos Estatutos sobre: Delegação nos órgãos próprios da FEBASE, de poderes para outorgar o AE da OITANTE.

- Em 29 de maio de 2017: Contratação Coletiva - Deliberar nos termos do n.º 2 do Art.º 29.º dos Estatutos sobre a delegação nos órgãos próprios da FEBASE, de poderes para outorgar os seguintes IRCT: 321 CRÉDITO, PARVALOREM e RIGHTSQUARE, SGPS, S.A. E SQUARE ASSET MANAGEMENT – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S.A.

- Em 12 de dezembro de 2017: Aprovar nos termos da alínea f) do Artigo 29.º dos Estatutos, a Proposta de Orçamento do Sindicato para 2018:Atividade Sindical, SAMS e USP;

Contratação Coletiva – Deliberação e Aprovação nos termos do n.º 2 do Artigo 29.º os Estatutos sobre os seguintes Instrumentos de Regulamentação Coletiva: Delegação nos órgãos próprios da FEBASE, de poderes para outorgar o AE do Banco de Portugal;

Deliberar, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 29.º dos Estatutos sobre o AE da F&C – Gestão de Património S.A.

■ OUTROS EVENTOS

Entre outras atividades inerentes a ação sindical, salientam-se as seguintes:

- Reuniões com comissões de trabalhadores, secretariados sindicais de empresa e regionais.
- Reuniões com trabalhadores de diversas instituições.

Para além destas reuniões, tiveram lugar muitas outras sobre os processos de reestruturação que ocorreram em várias Instituições de Crédito.

O SBSI é um património de todos os bancários. A participação na vida e atividades do Sindicato é fundamental para manter viva e interventiva esta Instituição.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Se o ano de 2016 foi decisivo para a negociação coletiva com a assinatura do ACT da banca, 2017 foi o ano da consolidação da negociação coletiva de trabalho no restante setor bancário.

Recorde-se que após este processo inédito na história das relações laborais na banca desde a sua reprivatização abriu-se oportunidade para que um conjunto de outros acordos viessem a concretizar-se.

Foi assim que em 2017, além da entrada em vigor da tabela salarial e cláusulas pecuniárias, negociadas ainda em 2016, foi possível negociar um conjunto de outras convenções coletivas de trabalho com outras Instituições, algumas delas nunca antes subscritoras de qualquer IRCT.

ACT do Setor Bancário

Como o aumento salarial para 2017 foi acordado com a tabela salarial e cláusulas pecuniárias constantes do ACT de 2016, este ano não foi revisto o Acordo Coletivo de trabalho. Os novos valores entraram em vigor em janeiro.

Ainda em 2017 demos início ao processo de revisão da tabela salarial e cláusulas pecuniária para o ano de 2018.

A proposta de revisão encontra-se sustentada pelo atual contexto económico-social do País, bem como pelas perspectivas de evolução da economia em geral e, em particular, do setor bancário, sendo assim legítimo reivindicar um aumento salarial de 3% para 2018.

Contrariamente à média comunitária, onde os Custos Unitários do Trabalho reais se mantêm praticamente estáveis, Portugal tem vindo a registar uma redução significativa de tais custos.

Por outro lado, a mudança de políticas no período mais recente – sem descurar os compromissos internacionais de consolidação das contas públicas e de estabilização do sistema financeiro nacional – tem apostado na devolução de rendimentos aos portugueses.

Millennium BCP

Foram alguns os pedidos de reunião feitos à administração do Millennium BCP. Em causa estava a tabela salarial que, ao contrário de outras instituições, ainda não foi negociada.

Nos pedidos de reunião, a Febase recorda que em 28 de dezembro de 2016, na missiva do banco sobre a revisão do ACT, o BCP “compromete-se ainda a iniciar conversações, após o pagamento dos CoCo’s, acerca de matéria de natureza salarial, despesas com deslocações e ajudas de custo”.

Já no final do ano, a administração do banco mostrou disponibilidade para começar a dialogar sobre a melhoria das remunerações dos trabalhadores do Millennium BCP.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Prémio de antiguidade

Na revisão dos diversos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT) de que a Febase é signatária foi acordada a extinção do prémio de antiguidade e, em sua substituição, a criação de um prémio de final de carreira.

No entanto, os novos IRCT contemplam clausulado que obriga ao pagamento de um proporcional, à data da sua entrada em vigor – e nesta questão há um diferendo entre as partes.

Na interpretação de todas as IC, o pagamento do montante correspondente ao valor do prémio de antiguidade que o trabalhador receberia se se reformasse na data de aplicação do respetivo instrumento de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT) é proporcional ao tempo de trabalho prestado, calculado com base no número de anos de bom e efetivo serviço correspondente a cada prémio (contado desde o último prémio).

Na nossa interpretação, as IC devem pagar aos seus trabalhadores os valores correspondentes ao pagamento do próximo prémio de antiguidade de acordo com todo o tempo de trabalho prestado (anos de bom e efetivo serviço).

Face à diferença de interpretação da cláusula sobre o prémio de antiguidade entre a Febase e as instituições de crédito (IC), os Sindicatos decidiram recorrer à justiça para dirimir a questão.

Oitante

A Oitante – Empresa de Recuperação de Crédito foi criada por força da resolução do BANIF.

A generalidade dos trabalhadores do ex-BANIF, nomeadamente da área comercial, foram transferidos conjuntamente com os serviços para o Santander Totta, tendo restado um conjunto de serviços da área não comercial que não foram objeto de transferência.

Trata-se de um conjunto de trabalhadores a quem sempre se aplicou o ACT e o AE do BANIF com um conjunto de alterações, nomeadamente em matéria de Segurança Social.

Foi possível negociar com a Administração um AE para estes trabalhadores, tendo por base o ACT e o AE do ex-BANIF.

O Acordo corresponde ao ACT do Setor Bancário com um conjunto de alterações, obrigatórias face à especificidade da empresa, de que destacamos, nomeadamente, o período de vigência; local de trabalho e mobilidade geográfica; Regime de Segurança Social; regime de pensão complementar; não atribuição de crédito habitação ao abrigo do ACT.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

PARVALOREM

A Parvalorem é a empresa de recuperação de crédito criada após a nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN), com o objetivo de gerir os ativos tóxicos desta instituição.

Se não se iniciasse um processo negocial com as empresas Parvalorem e Imofundos, os trabalhadores, nos termos legais, ficariam sem qualquer convenção que se lhes aplicasse, passando as relações laborais a reger-se pela aplicação do Código do Trabalho.

Depois de vários meses de negociações, os Sindicatos dos Bancários da Febase e as administrações da Parvalorem e da Imofundos chegaram a acordo sobre a criação de uma convenção coletiva para aplicar aos trabalhadores.

A convenção tem por base o ACT do Setor Bancário, mas adaptado, tendo presente que se trata de empresas com características próprias, que devido ao seu estatuto não podem conceder determinados direitos, nomeadamente o crédito à habitação.

Por outro lado, por serem empresas do Setor Empresarial do Estado estão sujeitas às contingências dos Orçamentos do Estado.

As empresas encontram-se sob alçada do congelamento/proibição de valorizações remuneratórias desde há alguns anos (Lei dos Orçamentos do Estado), pelo que a tabela salarial e demais clausulado de expressão pecuniária estavam dependentes do que viesse a ser definido para o OE de 2018;

Contudo, e entre muitas outras cláusulas, mantém-se contratualizado o regime do SAMS, progressões de nível salarial, manutenção dos períodos normais de trabalho, férias, o pagamento do prémio de antiguidade e os subsídios de estudo e infantil.

Refira-se que no final de 2017 este acordo aguardava parecer da tutela, para posteriormente ser enviado para depósito.

321 Crédito

A Empresa designada 321 Crédito é uma instituição financeira de crédito, SA, que teve origem no ex-BPN Crédito.

Caso não se iniciasse um processo de negociação de um IRCT com a empresa, os trabalhadores, nos termos legais, ficariam sem qualquer convenção que se lhes aplicasse, passando as relações laborais a reger-se pelo Código do Trabalho.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

321 Crédito

A empresa aceitou negociar com os Sindicatos um acordo que salvaguarda, no essencial, as cláusulas fundamentais do ACT do setor, como o regime do SAMS (com alguns ajustamentos feitos no clausulado); progressões de nível salarial em moldes específicos, dada a pequena dimensão da empresa; manutenção dos períodos normais de trabalho e de férias, bem como o prémio de antiguidade e o prémio final de carreira, e os subsídios de estudo e infantil.

As exceções são, nomeadamente, as matérias referentes ao crédito à habitação, que não foi possível aprovar dado a especificidade da empresa; o exercício da atividade sindical; a determinação da antiguidade, contando somente o tempo prestado à empresa; a mobilidade geográfica e as despesas de deslocações contra apresentação de comprovativos.

RIGHTSQUARE SGPS, SA e a SQUARE ASSET MANAGEMENTCT

A RIGHTSQUARE SGPS, SA e a SQUARE ASSET MANAGEMENT – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário SA, propuseram aplicar aos seus trabalhadores o ACT do Setor Bancário, com algumas especificidades.

A empresa que deu origem à SQUARE ASSET MANAGEMENT já foi subscritora do ACT da Banca, mas com ressalvas. Atualmente, lei portuguesa não permite a adesão a IRCT com ressalvas, e a empresa pretendia manter a organização do tempo e modos de trabalho nos termos em vigor.

O ACT em discussão tem por base o ACT da banca, com exclusão das matérias já anteriormente ressalvadas.

Para os trabalhadores é importante estarem abrangidos por um IRCT idêntico ao do Setor Bancário, ao invés de lhes serem aplicadas as disposições do Código do Trabalho.

As diferenças para o ACT da Banca consubstanciam-se, nomeadamente, na não contagem da antiguidade noutras instituições financeiras; não há progressões de nível salarial; manutenção do prémio de antiguidade nos termos do ACT entretanto revogado; não existência do direito ao crédito à habitação; manutenção da contribuição percentual para o SAMS, de 6,5% da retribuição mensal efetiva.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Banco de Portugal

O Banco de Portugal procedeu à denúncia do Acordo de Empresa (AE) em vigor e consequentemente apresentou à Febase uma proposta global de um novo Acordo de Empresa. Não se tratava, portanto, apenas de uma negociação do AE em vigor.

Com esta denúncia, o Banco de Portugal (BdP) pretendia tão-somente adequar o AE à nova realidade do ACT do Setor Bancário, pelo que não é de estranhar que grande parte das alterações propostas derivem do anteriormente negociado em sede de APB-Associação Portuguesa de Bancos, mas enquadrando as mesmas à realidade da Empresa BdP.

Assim, passamos a discriminar algumas das alterações já acordadas no novo AE:

Vigência e forma de revisão (Cl.^a 3.^a): em caso de caducidade do AE, salvaguardam-se algumas matérias, tais como: (CT) retribuição efetiva; categoria e respetiva definição; duração do trabalho; plano de pensões e atualização das pensões de reforma e de sobrevivência na mesma data e pela mesma percentagem em que a instituição proceda à atualização dos valores constantes do Anexo II para cada nível. Evita-se assim a aplicação das condições previstas no Código do trabalho;

Enquadramento profissional (Cl.^a 5.^a): substituição dos Grupos A e B por uma nova designação das definições de carreiras, ajustadas à realidade da empresa:

Carreira Técnica superior,

Carreira Técnica Operacional;

Cargos de Gestão (Cl.^a 6.^a): cláusula nova, que clarifica as definições de categorias de gestão, sobretudo a atribuição dos subsídios de função de gestão;

Avaliação de desempenho (Cl.^a 7.^a): clarifica melhor o método e as condições da avaliação de desempenho, salvaguardando a possibilidade de reclamação por parte do trabalhador, bem como o direito à respetiva resposta a essa reclamação;

Estágio em caso de mudança de carreira (Cl.^a 9.^a): cláusula nova no AE, permitiu a inclusão do período de estágio para a antiguidade na nova categoria. Estágio que em caso algum poderá exceder um ano;

Acabou a promoção obrigatória ao fim de seis anos. No entanto, esta mantém-se para os trabalhadores que tenham sido promovidos até à data da publicação deste Acordo;

Promoções de nível por mérito (Cl.^a 11.^a): aumento das atuais percentagens de 15% do Grupo A para 18,5% na agora Carreira Técnica, e de 10% do Grupo B para 13% na agora Carreira Técnica Operacional;

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Banco de Portugal

Exercício temporário de funções de nível superior (Cl.^a 24.^a): mantém-se o período mínimo (30 dias) em que o trabalhador pode exercer as funções com direito à retribuição, se superior, e inclui-se a possibilidade de esse período poder ser renovado até duas vezes por igual período, mediante acordo com o trabalhador;

Horário trabalho (Cl.^a 30.^a): das 8h às 20h, repartido por dois períodos fixos e com um intervalo de descanso, perfazendo ao todo 7h00 diárias, 35h00 semanais; intervalo não inferior a meia hora nem superior a duas horas;

Registo do horário trabalho (Cl.^a 40.^a): O Banco tem de ter um registo que permita apurar o número de horas de trabalho prestadas pelo trabalhador, incluindo o suplementar;

Regime especial de prestação de trabalho aos sábados e domingos (Cl.^a 42.^a): trabalho ao sábado e domingo (museu e biblioteca, equipamentos sociais e respetivo apoio), das 9h às 20h, tendo o descanso semanal de coincidir, no mínimo, uma vez com o sábado e o domingo,

Dispensa de assiduidade (Cl.^a 46.^a): além da véspera de Natal, os trabalhadores estão dispensados de assiduidade no 1.^o dia de escola para os filhos que ingressem no 1.^o ano da escolaridade obrigatória;

Retribuição dos trabalhadores de vigilância e segurança (Cl.^a 66.^a): o trabalhador recebia um acréscimo igual a 100% da diferença entre a retribuição do seu nível e a do nível imediatamente superior, passando agora para um valor fixo de 115,59€, (correspondente ao Nível 8), Anexo VI. Todos aqueles que auferem valor superior mantêm-no, sendo o mesmo também atualizável (Cl.^a 126.^a);

Deslocações para frequência de ações de formação (Cl.^a 78.^a): remete para a regulamentação interna. As despesas deverão ser pagas através de um subsídio e não contra a apresentação de fatura;

Diuturnidades (Cl.^a 72.^a Anexo VI): No valor de 46€; (AE em vigor: €41.42);

Anuidades (Cl.^a 127.^a): mantém-se só até ao vencimento da próxima diuturnidade;

Prestação extraordinária; (Cl.^a 79.^a): alteração da epígrafe RVD – Retribuição Variável de Desempenho;

Prémio fim de carreira (Cl.^a 80.^a): ao contrário do atual ACT, conseguiu-se que este prémio apenas fosse aplicado aos admitidos após a assinatura do AE:

Antiguidade superior a 10 anos e inferior a 15 anos – um mês de RME,

Antiguidade igual ou superior a 15 e inferior a 25 anos – mês e meio de RME,

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Banco de Portugal

Antiguidade igual ou superior a 25 anos – dois meses de RME;

Prémio de antiguidade (Cl.^a 128.^a): mantém-se tal como está no AE em vigor para os atuais trabalhadores do BdP;

Subsídio de apoio à natalidade (Cl.^a 84.^a): cláusula nova, atribui um subsídio a todos os trabalhadores no ativo pelo nascimento ou adoção de filhos, no valor de 750,00€;

Despesas com deslocações (Cl.^a 77.^a): redução do valor das mesmas e alteração das horas de partida e chegada;

Segurança Social (Cl.^a 102.^a): mantém-se o essencial do AE em vigor. Idade de reforma é a definida no Regime Geral da Segurança Social:

Aos 65anos, o trabalhador pode propor e o Banco aceitar a cessação do contrato de trabalho, nos termos em vigor (Cl.^a 103^a),

O trabalhador pode, por acordo, reforma-se aos 60 anos, com 35 anos de serviço (mínimo) (Cl.^a 103.^a, n.º. 3);

Baixa por doença (Cl.^a 101.^a): não pagamento dos primeiros 3 dias de baixa (uniformizar com o que vigora desde 2008 para os trabalhadores admitidos após essa data);

Assistência Médica: mantém-se o essencial do AE em vigor, com alteração do texto do clausulado, nomeadamente, - com a clarificação de que os SAMS se destinam exclusivamente aos sócios dos sindicatos subscritores do AE ou a não sindicalizados em nenhum outro sindicato do setor - e criação da contribuição per capita por parte do Banco (Cl.^a 109.^a). Os trabalhadores contribuem com os 1,5% em vigor (Cl.^a 112^a);

Finalidade dos empréstimos (Cl.^a 115.^a): (empréstimos à habitação) a cláusula atual mantém-se na sua quase totalidade. Apenas se acrescentou, por se considerar mais favorável ao trabalhador, na atual alínea e) Beneficiação da Habitação Própria, abrangendo, na respetiva proporção, o custo de beneficiação em partes comuns de imóveis em regime de propriedade horizontal, bem como a inserção na alínea f) Liquidação ao Cônjuge ou ex-Cônjuge da quota-parte de habitação do casal, em caso de partilha resultante de separação judicial de pessoas e bens ou de divórcio.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Mais convenções

Além destes acordos negociados e publicados durante o ano de 2017, foram ainda publicados os Acordos celebrados com as respetivas Instituições:

ACT da Caixa Económica do Montepio Geral, Montepio Valor e Montepio Crédito;

ACT do Banco Comercial Português, SA;

AE do BNP Paribas sucursal em Portugal;

AE da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo;

Acordo de Adesão ao ACT pela BSource, outsourcing de Serviços de Informática, ACE;

Salários nas IC não subscritoras do ACT

O SBSI, através da FEBASE, reclamou, mais uma vez, a atualização dos salários dos trabalhadores não abrangidos pelo ACT do Setor Bancário e empresas subscritoras de convenção coletiva não revista durante este período.

Assim, e tendo em vista um tratamento equitativo entre todos os trabalhadores, reformados e pensionistas do setor, enviámos pedidos de negociação de aumento da tabela salarial e cláusulas pecuniárias às administrações do Millennium BCP, da CGD, da FENACAM e do BIC.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REESTRUTURAÇÕES NO SETOR BANCÁRIO

Caixa Geral de Depósitos

A CGD, a pretexto da reestruturação da empresa (Plano de Recapitalização), começou, de forma unilateral, por cortar parcialmente o subsídio de almoço de valor fixo anual que os trabalhadores recebiam há vários.

Por outro lado, deu conta aos Sindicatos de um “Plano de Recapitalização” aprovado com a DGCom, o qual estabelece, para o período 2017-2020, uma reestruturação da Caixa ambiciosa, através de objetivos de redução de custos operacionais que contemplam também a redução do número de trabalhadores da CGD e de outras entidades do Grupo CGD, visando assim encaminhar os trabalhadores para a adesão ao programa de pré-reformas.

No entanto, apesar das promessas de que o plano seria voluntário, alguns trabalhadores que reuniam condições para saírem mas não se candidataram foram chamados à DPE com o objetivo de convencê-los a aderir ao referido plano.

Novo Banco

Os Sindicatos da Febase, em reunião havida com o presidente da administração do Novo Banco, foram informados que a instituição vai dar continuidade ao plano de reestruturação da empresa, iniciado em finais de 2015 e negociado com Bruxelas.

Do plano, aberto a todos os trabalhadores, consta a redução de 300 a 350 postos de trabalho, dos quais cerca de 150 através de rescisões por mútuo acordo. Nestes casos, o banco propõe indemnizações entre 0,6% e 1,5% da retribuição mensal efetiva, em função da antiguidade do trabalhador.

As restantes saídas previstas no plano serão atingidas através de reformas antecipadas, propostas a trabalhadores com 58 ou mais anos, com a possibilidade de contemplar alguns incentivos.

Reagimos a esta informação com surpresa e apreensão, pois tínhamos compreendido que o plano de reestruturação tinha ficado concluído em 2016.

Mais tarde reunimo-nos novamente com a administração, para debater o processo de transição da instituição, cuja venda à norte-americana Lone Star foi concluída a 10 de outubro.

A administração do banco adiantou-nos que o plano de reestruturação, que tem um prazo de quatro anos, implicará o encerramento de algumas atividades e uma redução de custos com pessoal.

As eventuais saídas de trabalhadores decorrerão de acordo com os habituais processos, como reformas antecipadas, e respeitando o diálogo com trabalhadores e Sindicatos.

Fomos ainda informados de que o Novo Banco deixou de ser um banco de transição para voltar integrar o sistema financeiro português, no cumprimento pleno de todas as normas.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REESTRUTURAÇÕES NO SETOR BANCÁRIO

Banco BPI

O banco deu-nos conta de que pretendia avançar com um plano de reestruturação que levasse à redução do número de efetivos, com recurso a RMA e reformas antecipadas.

Assim, procedeu-se à celebração de um protocolo que garante aos trabalhadores que rescindam o contrato por mútuo acordo o acesso vitalício ao SAMS.

O programa de reestruturação é extensivo aos trabalhadores que tenham até 55 anos de idade, com indemnizações de 2,5 meses. Já o plano de reformas antecipadas é para trabalhadores entre os 55 e os 65 anos de idade.

IFAP e ex-IFADAP

A 6 de fevereiro de 2013 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 19/2013 que, entre outras medidas, determinou, no seu artigo 9.º, n.º 3, que *"os reformados e pensionistas que foram titulares de uma relação jurídica de emprego público com o extinto IFADAP ou o IFAP, I.P., e abrangidos pelo ACT, mantêm-se como beneficiários do SAMS até 31 de dezembro de 2017, assegurando o IFAP, I.P., as contribuições referentes à entidade empregadora, devendo requerer a sua inscrição na ADSE nos 60 dias que antecedem aquela data"*.

No n.º 4 do artigo 9.º o diploma legal prevê que *"o disposto no número anterior é aplicável aos trabalhadores que, entretanto, adquiram a qualidade de reformado ou pensionista"*.

Assim, nos termos das referidas disposições legais em vigor, os reformados e pensionistas manter-se-ão como beneficiários do SAMS até ao final do ano, podendo requerer a sua adesão à ADSE até 60 dias antes daquela data, ou seja, até 31 de outubro de 2017.

A Febase iniciou contactos com vista à manutenção dos reformados e pensionistas abrangidos pelas referidas disposições legais como beneficiários do SAMS, seja através de uma eventual adesão do IFAP ao ACT para o Setor Bancário, seja através da negociação e outorga de um AE com esse organismo, ou uma qualquer outra solução que permita a manutenção dos benefícios do SAMS a estes reformados e pensionistas, tal como é o desejo que muitos têm manifestado – e não afastam um eventual recurso ao tribunal.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REESTRUTURAÇÕES NO SETOR BANCÁRIO

Banco Popular

O Sindicato acompanhou os trabalhadores do Banco Popular nas diferentes decisões da sua administração.

Em fevereiro de 2017, o Banco Popular Portugal passou a sucursal e a sua atividade bancária foi integrada no Banco Popular Español. Contudo, a relação laboral entre trabalhadores e empregador manteve-se inalterada.

Em finais do ano, tomámos conhecimento de que o Banco Popular foi vendido ao Banco Santander Totta, instituição a quem solicitámos uma reunião para debater o futuro destes trabalhadores e dos da Primestar, com quem o Banco Popular tinha um acordo de transferência.

Eurobic

O SBSI, através da Febase, reuniu-se com a administração do Banco Eurobic, tendo em vista o esclarecimento de notícias sobre o encerramento de balcões até final do ano e, conseqüentemente, os seus efeitos para os trabalhadores.

O Departamento de Recursos Humanos informou que o Eurobic tem em curso um plano de reestruturação que contempla o encerramento de algumas agências, já identificadas e comunicadas aos trabalhadores.

Quanto a uma eventual redução de trabalhadores, o Eurobic transmitiu-nos que não recorrerá a um despedimento coletivo. O processo de encerramento de agências contempla a integração dos trabalhadores em outros locais de trabalho – sem prejuízo económico e social para os transferidos – e por rescisões amigáveis.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.3. Sindicalização

Nos últimos anos, a banca tem pugnado pela aplicação de políticas de emagrecimento dos quadros de pessoal, a par do crescente desvirtuamento da contratação, nomeadamente através do recurso a formas atípicas e precárias e ao outsourcing.

A par deste clima laboral difícil, debatemo-nos, a nível sindical, com a concorrência de outras organizações.

Estes têm sido os “ingredientes” para o desenvolvimento da ação do Pelouro da Sindicalização. Pese embora toda a conjuntura desfavorável, temos focado a nossa atividade em diferentes áreas geográficas, com vista a captação de novos associados e manutenção dos atuais.

Efetuámos, em conjunto com os Secretariados Regionais do Algarve, Setúbal, Torres Vedras e na área de Lisboa, visitas aos locais de trabalho em toda a área daquelas secções sindicais durante alguns meses. Cumprimos assim uma política de proximidade junto dos nossos associados e restantes colegas, divulgando a ação sindical do SBSI, bem como o nosso sistema de saúde.

Das visitas efetuadas, constatámos que o SBSI continua a ser o sindicato dominante na área, o que é demonstrativo da satisfação generalizada dos nossos associados, mérito que deverá ser atribuído aos elementos do Secretariado no acompanhamento regular aos colegas.

Ao longo do ano, o Pelouro da Sindicalização um conjunto de ações, nomeadamente:

- Apresentação quinzenal do SBSI/SAMS aos trabalhadores do BNP Paribas, por forma a aumentar a base de sócios naquela instituição. Refira-se que iniciámos o processo em meados de 2015 com zero sócios e atualmente já temos 456 associados;
- Apresentação do SBSI/SAMS nas empresas 321 Credito, F&C Portugal Gestão de Patrimónios e Square Asset Management;
- Reunião com a SIBS para atribuição do SAMS e negociação de um AE que vá ao encontro das necessidades do grupo, tendo por objetivo captar 700 novos trabalhadores;
- Reunião com Max Pay, uma das empresas autorizadas pelo BdP a praticar a atividade financeira ao abrigo da normativa europeia de meios de pagamento PSD2, por forma a conseguirmos captar 40 novos associados com acesso ao SAMS;
- Promoção do produto SAMS-Utente junto dos sócios, para fidelizar a base de associados;
- Divulgação nos locais de trabalho (a sócios e não sócios) do funcionamento das organizações sindicais congéneres em matéria de saúde, especialmente o limite de assistência quando os colegas têm necessidade de apoio o nível do internamento hospitalar.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.4. Informação

Numa sociedade cada vez mais mediatizada, a comunicação é a melhor forma de transmitir a mensagem sindical e contrapor a verdade à imagem deturpada transmitida à opinião pública por certas instituições e opinion makers.

Consciente desse desígnio e das alterações profundas na sociedade e no acesso à comunicação, o Pelouro de Informação o SBSI prossegue o objetivo nunca acabado de prestar aos associados uma informação cada vez melhor e de acesso mais fácil e eficaz, multiplicando os meios para chegar aos sócios.

A informação do Sindicato aos seus associados processa-se através das revistas “O Bancário” e “Febase”, do sítio na Internet, da Newsletter, e do envio de mailing list através do Ligue-se @ nós.

■ Revistas

As revistas “O Bancário” e “Febase” têm periodicidade mensal, intercalando as edições quinzenalmente desde março de 2010. Ambas são distribuídas gratuitamente aos sócios por correio ou via email, estando ainda disponíveis online no portal do SBSI.

Com objetivos diferentes, as revistas são complementares. “O Bancário” é distribuído apenas aos sócios do SBSI e por isso dedicado essencialmente às atividades que desenvolvemos, nomeadamente no que se refere ao SAMS, tempos livres ou formação.

As iniciativas das Comissões – GRAM, Juventude e Quadros e Técnicos – merecem também destaque noticioso, sendo difundidas em páginas próprias.

Já a “Febase”, revista dirigida a todos os associados dos Sindicatos que integram a Federação do Setor Financeiro, privilegia os temas comuns ao setor, especialmente os de âmbito sindical, como a contratação coletiva.

Em 2017 os conteúdos da revista refletiram as principais preocupações dos bancários, relatando os conflitos no setor e dando conta do trabalho sindical desenvolvido. A reestruturação de algumas instituições de crédito, através de rescisões por mútuo acordo ou reformas antecipadas, foi um tema muito presente.

Os passos para a concretização do sindicato único marcaram igualmente o ano informativo, o que incluiu entrevistas sobre a questão com todos os presentes das Direções dos Sindicatos constitutivos da Federação.

Ao longo do último ano, a preocupação e o empenho no enriquecimento das revistas ao nível dos conteúdos foi uma constante, procurando-se diversificar os temas e os ângulos de abordagem, sem perder a perspetiva crítica que se impõe numa revista de carácter sindical. Esse esforço foi particularmente visível nos dossiês temáticos. Refira-se, como meros exemplos, os 39 anos da UGT, o 1.º de Maio em Viana do Castelo, a queda do emprego na banca ou a automação dos postos de trabalho.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.4. Informação

■ Portais do SBSI / SAMS

O SBSI tem-se esforçado para acompanhar a evolução permanente da comunicação, quer a nível técnico quer de conteúdos, um compromisso sempre presente. É o caso da plataforma digital, inaugurada em 2013 e em permanente atualização, quer de conteúdos quer de imagem.

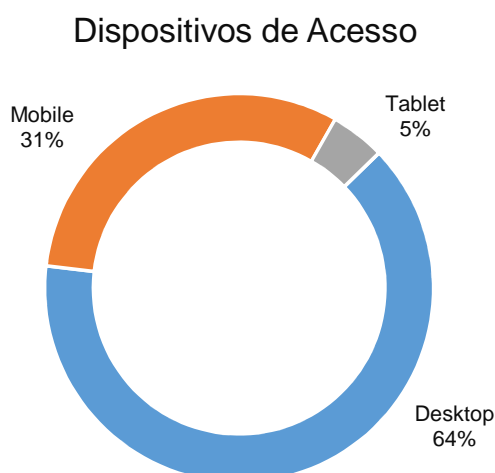
Dividido em três grandes áreas – Atividade Sindical, SAMS e Ligue-se @ nós – o site coloca aos dispor dos sócios um conjunto de funcionalidades que visam um contacto mais cómodo e fácil com os serviços do Sindicato, dos eventos em cada Secção Sindical à marcação de consultas ou ao consultório jurídico.

Na plataforma, os associados encontram disponível toda a informação da atividade sindical do SBSI, da negociação coletiva às reuniões com trabalhadores, às ações de formação e às iniciativas das Comissões e dos Tempos Livres.

Desde 2016 tem havido uma maior atenção à imagem, com um reforço na utilização de vídeos e da galeria de imagens. São exemplos os encontro anuais do GRAM, as atividades da Comissão de Juventude ou os concertos de Coros Bancários.

Além de textos com a atualidade, qualidade e rigor informativo que sempre foram a marca distintiva do SBSI, o site disponibiliza também dados sobre as convenções coletivas em vigor, o Parque de Campismo, o Centro de Férias, bem como a inscrição em iniciativas de lazer.

No gráfico seguinte são apresentadas as percentagens por dispositivo de acesso aos portais do SBSI:



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.4. Informação

■ ‘Ligue-se @ nós’

O Sindicato continua a dinamizar a campanha “Ligue-se @ nós”, cujo objetivo é privilegiar o contacto direto com os associados. Esta nova forma de comunicação tem registado uma crescente adesão, atingindo no final de 2017 os 26.150 sócios contactáveis por e-mail.

Através de e-mail, o SBSI envia aos sócios registados os comunicados sobre o que se passa no seu banco, alerta para novas notícias inseridas no site do Sindicato e divulga uma série de informação de interesse, nomeadamente nas áreas da Contratação Coletiva, Formação, GRAM, Juventude ou Tempos Livres.

■ Newsletter

A Newsletter, que lançámos no final de 2014, é uma aposta ganha. Com periodicidade quinzenal, leva aos associados registados na mailing list as últimas notícias difundidas através do site e que, por algum motivo, poderão não ter chegado ao seu conhecimento.

Esta forma de comunicação privilegia a comodidade, facilita a leitura e fortalece o elo de ligação entre o Sindicato e os sócios.

.

■ Mensagem de aniversário

No dia do seu aniversário, cada associado recebe uma mensagem do Sindicato, desejando-lhe os parabéns e um dia feliz. Esta é uma forma singela de homenagear e simultaneamente agradecer a todos, de forma individual, a participação nesta grande família que é o SBSI.

Cada ano com uma imagem nova, a mensagem de parabéns é enviada por e-mail, sms ou correio e tem sido recebida com satisfação pelos associados, como se verifica pela quantidade de respostas positivas chegadas ao Sindicato.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.5. Globalização e Cooperação

■ NO ÂMBITO DA UGT – UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

A manifestação do 1º de Maio que em 2017 se realizou, pela primeira vez, em Viana do Castelo, teve a colaboração ativa do Sindicato na sua organização, traduzida, também, na participação dos bancários que se deslocaram das áreas sindicais de Lisboa, Castelo Branco e Portimão, em transportes organizados pelo Sindicato.

Os representantes eleitos e designados nos órgãos da Central colaboraram, de forma empenhada, nas iniciativas desenvolvidas a nível nacional, nomeadamente no Secretariado Nacional e Conselho Geral e internacional, com vista ao estreitamento das relações da solidariedade, quer a nível europeu, quer mundial, como forma de melhor compreender e combater os problemas comuns que os trabalhadores, a nível global, enfrentam.

Os problemas específicos dos jovens e das mulheres, mereceram, também, da parte do Sindicato, especial atenção e participação nas ações levadas a cabo pela Central.

■ NO ÂMBITO DA UNI – UNION NETWORK INTERNATIONAL

No âmbito internacional, o SBSI acompanhou a atividade da UNI, à semelhança do que tem vindo a acontecer, numa ótica de partilha de saberes e de reforço do movimento sindical europeu.

Reafirmamos a importância desta atividade e da nossa representação contribuindo, muitas vezes à distância (meio cada vez mais privilegiado) com a nossa experiência, nomeadamente no pós-troika, o que tem vindo a suscitar o maior interesse quer das organizações em integramos quer nos nossos parceiros.

Nesse sentido, participámos num encontro específico em Atenas, exatamente para reforçar a ideia sempre defendida de que a austeridade não era solução.

Participámos ainda nas reuniões semestrais da UNI Europa e da UNI Europa Finanças, que decorreram em Bruxelas e Varsóvia.

A UNIMED, de que o SBSI faz parte, reuniu-se em Palermo e em Malta e voltará a reunir-se no último trimestre de 2018, desta vez em Portugal, cumprindo a rotatividade subjacente ao projeto. Este é um órgão não formal da UNI, que congrega os países da área 3 – Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Malta, Chipre e Turquia –, a que se juntam outros do Mediterrâneo: França, Eslovénia, Líbano, Marrocos e Palestina.

O objetivo principal da UNIMED é regular e equiparar as relações de trabalho das instituições financeiras – banca e seguros – que estão presentes quer no sul da Europa quer no norte de África, bem como no Médio Oriente.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.1. Centro de Férias e Formação

O número de dormidas em 2017, diminuiu em 463 relativamente ao ano de 2016. A taxa de ocupação anual, que resulta do potencial calculado a partir do quarto duplo, também diminuiu em termos homólogos, passando de 35,7%, em 2016, para 33,7%, no exercício findo.

PERÍODO	2017		2016	2015	Variação (%)	
	Nº	Ocupação (%)			Nº	Nº
1º trim	925	15,8	1.218	778	-24,1	56,6
2º trim	1.935	32,4	1.887	1.504	2,5	25,5
3º trim	4.013	59,4	4.306	3.791	-6,8	13,6
4º trim	1.000	16,7	925	627	8,1	47,5
TOTAL	7.873	33,7	8.336	6.700	-5,6	24,4

Os 1º e 3º trimestres de 2017 obtiveram uma variação negativa em relação a 2016, de 24,1% e 6,8% respetivamente.

De realçar a redução do número de atividades realizadas e a influência dos fortes incêndios ocorridos na região, na taxa de ocupação obtida, com a diminuição no número de utentes a utilizarem o Centro de Férias e Formação.

2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo

O número de utentes do Parque de Campismo, em 2017, relativamente ao ano anterior, aumentou em cerca de 6,6%.

PAÍS DE ORIGEM	2017				2016	2015	Variação (%)			
	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim			Total	Total	17/16	16/15
Portugal	427	2.076	7.737	700	10.940	33,3	10.406	9.762	5,1	6,6
Alemanha	477	929	1.182	641	3.229	9,8	2.624	2.206	23,1	18,9
Bélgica	181	145	197	132	655	2,0	687	655	-4,7	4,9
Espanha	139	720	3.355	306	4.520	13,8	4.215	3.325	7,2	26,8
França	1.532	1.421	2.473	1.135	6.561	20,0	6.630	5.322	-1,0	24,6
Holanda	214	496	306	293	1.309	4,0	1.215	1.055	7,7	15,2
Noruega	139	35	45	76	295	0,9	289	324	2,1	-10,8
Inglaterra	739	542	408	572	2.261	6,9	2.212	2.070	2,2	6,9
Suécia	217	23	47	147	434	1,3	423	388	2,6	9,0
Outros	319	608	1.206	472	2.605	7,9	2.066	1.587	26,1	30,2
TOTAL	4.384	6.995	16.956	4.474	32.809	100,0	30.767	26.694	6,6	15,3
% do total anual	13,4	21,3	51,7	13,6	100,0					

Os portugueses continuaram a ser os principais frequentadores do Parque, com 33,3% do total das entradas. Dos estrangeiros, o principal cliente foi a França, seguido de Espanha, Alemanha e Inglaterra.

O 3º trimestre foi o período de maior densidade de ocupação, com uma concentração de 51,7% do total anual. Entre os estrangeiros, salvo Espanha e França, a distribuição dos utentes ao longo do ano mostra que, em média, a procura é mais forte na época baixa.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo

O tempo de permanência de utentes no Parque de Campismo é muito variável, sendo a taxa média de permanência de 6,1 dias. A nacionalidade que apresenta estadias mais prolongadas é a sueca (12,6 dias), seguida da norueguesa (12,2 dias) e da inglesa (11,7 dias).

PAÍS DE ORIGEM	2017		2016 Total	2015 Total	Variação (%)	
	Total				17/16	16/15
Portugal	6,0		6,0	5,6	-0,2	8,2
Alemanha	4,9		5,5	6,1	-11,1	-9,7
Bélgica	10,2		11,1	11,1	-8,1	0,4
Espanha	2,9		3,0	3,0	-3,4	0,9
França	6,9		6,3	6,6	8,8	-4,4
Holanda	7,0		6,5	8,2	7,3	-20,7
Noruega	12,2		12,8	14,2	-4,4	-10,0
Inglaterra	11,7		11,9	12,4	-2,1	-3,8
Suécia	12,6		13,7	14,9	-7,4	-8,5
Outros	3,8		4,5	4,6	-15,4	-2,4
TOTAL	6,1		6,3	6,5	-2,0	-3,0

Com um total de 201.187 dormidas registadas em 2017, resultou no aumento de 4,5% comparativamente a 2016. As dormidas de utentes nacionais fixaram-se em 65.996 (+5%), correspondendo a 32,8% do total. De salientar que referente às dormidas de utentes estrangeiros, o principal cliente foi a França com 22,4%, com um crescimento de 7,7 % relativamente a 2016.

PAÍS DE ORIGEM	2017		2016 Total	2015 Total	Variação (%)	
	Total	(%)			17/16	16/15
Portugal	65.996	32,8	62.871	54.496	5,0	15,4
Alemanha	15.872	7,9	14.505	13.506	9,4	7,4
Bélgica	6.692	3,3	7.638	7.256	-12,4	5,3
Espanha	13.079	6,5	12.632	9.871	3,5	28,0
França	44.992	22,4	41.778	35.076	7,7	19,1
Holanda	9.098	4,5	7.870	8.615	15,6	-8,6
Noruega	3.607	1,8	3.695	4.605	-2,4	-19,8
Inglaterra	26.397	13,1	26.377	25.646	0,1	2,9
Suécia	5.489	2,7	5.778	5.792	-5,0	-0,2
Outros	9.965	5,0	9.346	7.358	6,6	27,0
TOTAL	201.187	100,0	192.490	172.221	4,5	11,8

A promoção do Parque de Campismo, no país e no estrangeiro, concretizou-se através dos canais habituais. Privilegiou-se a imprensa da especialidade, os roteiros campistas e a via eletrónica.

A divulgação fez-se também através da distribuição de folhetos do parque em feiras realizadas em Portugal (FIL-Nauticampo), Inglaterra (Birmingham), Holanda (Utrecht e Leeuwarden) e na Alemanha (Estugarda, Munique, Nuremberga e Dusseldorf).

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer

Este ponto abrange os serviços que o SBSI proporciona aos seus associados, relacionados com férias e lazer, designadamente viagens e aluguer de apartamentos.

■ PASSEIOS TURÍSTICOS

Em 2017 foram organizados programas de viagens e passeios, tendo como destino vários locais de Portugal e do estrangeiro. Participaram 691 sócios e seus familiares nestas iniciativas.

De salientar a forte adesão dos reformados às iniciativas da Secção que os representa.

ÓRGÃO DA ESTRUTURA	2017 Nº	2016 Nº	2015 Nº	Variação (%)	
				17/16	16/15
Dep. Tempos Livres	301	335	201	-10,1	66,7
GRAM	233	166	0	40,4	-
Secção S. Reformados	321	277	165	15,9	67,9
Total	855	778	366	46,1	>100

■ ALUGUER DE APARTAMENTOS

Em 2017 foram disponibilizados 18 apartamentos, menos 4 em relação ao ano anterior. A época alta foi a mais procurada, atingindo-se elevados índices de ocupação nos meses tradicionais de férias.

APARTAMENTOS	2017		2016		2015		Variação (%)			
	Nº de Apart.	Nº de pessoas	Nº de Apart.	Nº de pessoas	Nº de Apart.	Nº de pessoas	17/16		16/15	
Guadiana	3	208	3	272	5	361	0,0	-23,5	-40,0	-24,7
Calema	2	260	2	232	4	425	0,0	12,1	-50,0	-45,4
Real Lota	2	224	2	152	6	418	0,0	47,4	-66,7	-63,6
Alagoa Mar I	3	356	3	272	3	240	0,0	30,9	0,0	13,3
Alturamar	1	64	1	128	3	180	0,0	-50,0	-66,7	-28,9
Cabanas Park	-	-	3	267	2	171	-	-	50,0	56,1
Ocean Terrace	3	263	3	221	2	214	0,0	19,0	50,0	3,3
Katavento	4	320	4	300	2	127	0,0	6,7	100,0	136,2
Clube Maria Luísa	-	-	1	120	-	-	-	-	-	-
TOTAL	18	1.695	22	1.964	27	2.136	-18,2	-13,7	-18,5	-8,1

Foram emitidos em 2017, 386 vouchers, inferior aos 480 vouchers emitidos em 2016, correspondendo a uma ocupação total de 1.695 pessoas, número inferior às 1.964 pessoas registadas em 2016. Cada apartamento hospedou, em média, cerca de 94 pessoas.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer

O Sindicato proporcionou ainda aos seus sócios e familiares, a possibilidade de usufruírem do alojamento em estabelecimentos hoteleiros, a preços reduzidos, em resultado dos acordos estabelecidos para a concessão de descontos. Os protocolos contemplavam mais de meia centena de unidades hoteleiras, variando os descontos entre 10% e 40%.

2.2.4. Colónias de Férias

Efectuou-se, em 2017 (22 de julho a 05 de agosto), uma Colónia de Férias dedicada aos filhos dos sócios do SBSI, no concelho de Penamacor, envolvendo 35 crianças e jovens dos 7 aos 17 anos, em contexto de turismo rural, servido por praias fluviais. A organização esteve a cargo da Associação Jovens Seguros do STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora.

O SBSI organizou pelo 17º ano consecutivo, num colégio tradicional situado em Inglaterra, um curso de Verão destinado aos filhos dos sócios, que teve a participação de 16 jovens com idades entre os 13 e os 17 anos. A ação decorreu entre 30 de julho e 13 de agosto e reuniu jovens de vários países, proporcionando aos participantes convívio, enriquecimento cultural e o aperfeiçoamento da língua inglesa.

2.2.5. Atividades Socioculturais

Da atividade desenvolvida em 2017, destacam-se as seguintes atividades:

- 14º Concerto de Coros Bancários de Reis, 3º Concerto de Primavera e o 25º Encontro de Coros Bancários;
- ‘Convívios com Arte’:
 - o Museu do Chiado / Exposição temporária de Amadeu de Souza Cardozo;
 - o Museu Maçónico Português;
 - o Palácio da Pena - Sintra;
 - o Museu de São Vicente de Fora;
 - o Ecomuseu do Seixal – Fábrica da Pólvora e passeio no Tejo (com almoço);
 - o Teatro Nacional de São Carlos;
 - o Museu Benfica / Cosme Damião;
 - o Quinta e Casa Museu de José Maria da Fonseca – Azeitão (com almoço);
 - o Jardins e Museu da Presidência da República;
 - o MAAT / Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia;
 - o Museu Nacional de Etnologia;
- Cursos de valorização artística, formação temática e formação para a juventude.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.5. Atividades Socioculturais

■ GRAM

O GRAM-Grupo de Ação de Mulheres implementou ao longo de 2017 o seu plano de atividades de uma forma dinâmica, interativa e participativa. Desenvolveu atividades tendo em conta o seu contexto e os constantes desafios que surgem, promovendo a igualdade de género, a conciliação entre a vida profissional e familiar e tendo sempre presente a sua relação com o mundo laboral.

Foi dada primazia à sensibilização e consciencialização de problemáticas relacionadas com a violência doméstica e assédio no local de trabalho, através de abordagens multidisciplinares como workshops, debates e seminários.

Os Núcleos constituem um importante órgão consultivo de apoio ao GRAM, apresentando, e desenvolvendo propostas e auxiliando na organização e realização de múltiplas atividades. Constituem, igualmente, um fundamental elo de ligação e comunicação com os colegas que estão no local de trabalho, transmitindo-nos problemas e anseios, assim como as alterações que têm sido introduzidas pelas entidades patronais e, não menos importante, promovendo as atividades desenvolvidas pelo Sindicato.

Nesse sentido, foram realizadas três reuniões de Núcleos em Ferreira do Zêzere. Foram desenvolvidas atividades em algumas regiões, promovendo a relação das associadas com o Sindicato através de convívio, partilha de experiências e grupos específicos sobre determinadas temáticas, assim:

- Núcleo Castelo Branco
- Núcleo Ponta Delgada
- Núcleo Angra

Os Cursos de Valorização Cultural e Artística têm merecido, por parte do GRAM, uma especial atenção, uma vez que permite aos associados e respetivos familiares desenvolverem competências no domínio das artes e da valorização pessoal.

Em 2017 manteve-se uma ampla e diversificada oferta, de forma a responder aos associados e abranger o maior número de participantes. O trabalho dos formandos culminou com a exposição das obras realizadas.

No seguimento de atividades iniciadas em anos anteriores, o GRAM complementou a componente formativa com visitas temáticas.

O GRAM, em 2017, promoveu e participou em diversas iniciativas, como:

- Encontro Anual do GRAM, com o tema “Violência Doméstica”, na Costa de Caparica;
- Exposição dos trabalhos realizados nos Cursos de Valorização Cultural e Artística, na sede do nosso Sindicato;
- Dia Internacional da Mulher, sob o tema “Violência Doméstica”, em Tomar;
- Visita Cultural a Monsaraz e Alqueva, em conjunto com o Secret. Sindical de Reformados;
- Visita Cultural ao Douro;
- Circuito Cultural aos Mercados de Natal de Budapeste.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.5. Atividades Socioculturais

■ GRAM

Ao longo das duas últimas décadas o GRAM proporcionou aos sócios e seus familiares a oportunidade de frequentarem cursos de Valorização Cultural, Artística e Pessoal, lecionados na sede do Sindicato. A vasta gama de oferta de cursos tem por objetivo atingir o máximo de preferências dos nossos associados. A componente formativa é acompanhada e completada com visitas temáticas realizadas ao longo do ano. Em 2017 cumprimos a tradição.

CURSOS	2017	2016	2015	Variação (%)	
	Nº	Nº	Nº	17/16	16/15
Aguarela	-	9	-	-	-
Arraiolos	-	-	2	-100,0	-
Bordado de Castelo Branco	5	5	7	0,0	-28,6
Bordados tradicionais	-	-	4	-100,0	-
Cerâmica artística	-	-	3	-100,0	-
Chi Kung	7	11	9	-36,4	22,2
Costura	-	-	2	-100,0	-
Desenho	8	9	9	-11,1	0,0
Encadernação	16	21	22	-23,8	-4,5
Fotografia Digital	-	-	7	-100,0	-
Paisagem	-	-	6	-100,0	-
Pintura em azulejos	9	10	7	-10,0	42,9
Pintura em porcelana	4	6	-	-	-100,0
Pintura aguarela, acrílico	5	-	-	-	-
Registos	10	11	9	-9,1	22,2
Restauro de Livros	5	-	-	-	-
Restauro em madeira	12	11	10	9,1	10,0
Restauro em louça	25	21	-	19,0	-100,0
Técnicas de pintura	12	15	24	-20,0	-37,5
Vitral	7	7	5	0,0	40,0
Total	125	136	126	-8,1	7,9

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.5. Atividades Socioculturais

■ COMISSÃO DE JUVENTUDE

A Comissão de Juventude (CJ) desenvolve uma atividade relevante no acompanhamento e apoio à camada mais nova de profissionais do setor, divulgando a mensagem sindical de justiça social e solidariedade e tentando, assim, combater a indiferença dos jovens.

Ao longo de 2017 mantivemos a nossa meta de duplo sentido: refletir para dentro do Sindicato a realidade dos novos bancários e, simultaneamente, dar a conhecer aos jovens a atividade do SBSI.

A Comissão continuou a trabalhar na organização de Núcleos, como forma de trazer mais jovens ao SBSI e incentivar a sua crescente participação e pro-atividade nas atividades promovidas pelo Sindicato.

Nesse sentido, foram realizadas quatro reuniões de Núcleos em Ponta Delgada, Ferreira do Zêzere e na sede do Sindicato, nas quais participaram cerca de oito dezenas de jovens.

A CI realizou um conjunto de ações, entre as quais destacamos:

- Encontro Anual de Juventude, no Vimeiro (Torres Vedras);
- Jornada da Juventude nos Açores;
- Passagem de Ano 2017/18, juntamente com o Pelouro dos Tempos Livres;
- Dia Internacional da Criança, no Badoca Safari Park;

A Comissão de Juventude representou o SBSI em várias iniciativas, nomeadamente:

- Workshops sobre negociação coletiva, promovidos pela CJ da UGT;
- Encontros de Jovens da UGT, em Albufeira e Santa Cruz;
- 1.º Maio da UGT, em Viana do Castelo;

■ OUTRAS AÇÕES

MISSÃO ESPERANÇA - VOLUNTARIADO

O SBSI organizou a Missão Esperança, em parceria com os Médicos do Mundo, que consistia numa ação de solidariedade para com os afetados dos incêndios que assolaram os concelhos de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera. Assim, de 18 a 20 de agosto, de 25 a 27 de agosto e de 1 a 3 de setembro, os sócios do SBSI e seus familiares viajaram até Castanheira de Pera para ajudar em tudo o que fosse necessário.

Também as seções regionais realizaram um conjunto de atividades, das quais se destacam:

- Seção Regional de Castelo Branco - baile de carnaval e magusto;
- Seção Regional de Portimão - passeios à Rota da Cortiça em São Brás de Alportel, ao Centro de Férias e Formação em Ferreira do Zêzere, ao Badoca Safari Park, ao Zoomarine, e ao Alentejo Interior (Castro Verde, Cuba e Serpa);
- Seção Regional de Tomar – exposição de artes plásticas.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.6. Atividades Desportivas

Como é tradicional, o desporto ocupou um lugar de relevo no plano de atividades do Sindicato. O futsal, o tiro, a pesca e outras modalidades ligadas ao mar, foram as que mais se destacaram. Em 2017, o SBSI organizou provas em diversas modalidades, às quais concorreram 893 atletas.

A organização das provas, de âmbito nacional, pertenceu, conjuntamente, aos três sindicatos verticais. No SBSI, essa missão coube ao Pelouro dos Tempos Livres, realçando-se a colaboração prestada pela Secção Regional de Setúbal na organização do Campeonato Interbancário de Pesca de Alto Mar (CIPAM).

MODALIDADES DESPORTIVAS	2017		2016	2015	Variação (%)	
	Nº	%	Nº	Nº	17/16	16/15
Torneio de Ténis	72	8,1	64	63	12,5	1,6
Futsal (TNIFS)	182	20,4	250	196	-27,2	27,6
Futsal (TNIFS-vet.)	141	15,8	151	168	-6,6	-10,1
Golfe	20	2,2	23	27	-13,0	-14,8
Tiro	167	18,7	135	125	23,7	8,0
Karting	20	2,2	31	29	-35,5	6,9
Xadrez	22	2,5	17	21	29,4	-19,0
Pesca de mar	49	5,5	51	58	-3,9	-12,1
Pesca de rio	70	7,8	76	73	-7,9	4,1
Pesca de alto mar	0	0,0	24	43	-100,0	-44,2
Bowling	39	4,4	35	63	11,4	-44,4
Snooker	25	2,8	24	45	4,2	-46,7
King	37	4,1	22	32	68,2	-31,3
Squash	0	0,0	0	0	-	-
Surfcasting	49	5,5	59	67	-16,9	-11,9
TOTAL	893	100,0	962	1.010	-7,2	-4,8

O futsal continuou a ser a modalidade com maior participação, representando 36,2% do total.

Para além das provas representadas no quadro, realizaram-se outras iniciativas de âmbito mais restrito:

- Futebol, yoga, squash e jogos de sala, na Secção Regional Castelo Branco;
- Jogos de sala e futsal na Secção Regional da Horta;
- Jogos de sala ,convívio piscatório, tiro aos pratos, na Secção Regional de Portalegre;
- Convívios piscatórios, na Secção Regional de Santarém;
- Jogos de sala e convívios piscatórios, na Secção Regional de Tomar.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.3. APOIO JURÍDICO

Durante o ano de 2017, os Serviços Jurídicos continuaram a prestar assistência jurídica e judiciária aos associados e, também, à Direção do Sindicato e demais órgãos sociais e regulamentares.

APOIO JURÍDICO	2017	2016	2015	Variação (%)	
	Nº	Nº	Nº	17/16	16/15
CONTENCIOSO	659	847	721	-22,2	17,5
Entrevistas concedidas a sócios	625	805	685	-22,4	17,5
Respostas a notas de culpa	34	42	36	-19,0	16,7
PRÉ-CONTENCIOSO	2.650	3.300	3.300	-19,7	0,0
Pessoais ⁽¹⁾	650	800	800	-18,8	0,0
Telefónicas ⁽¹⁾	2.000	2.500	2.500	-20,0	0,0
INFORMAÇÕES ESCRITAS	776	934	828	-16,9	12,8
Sócios e Instituições	81	87	68	-6,9	27,9
Informações por mail/fax	695	847	760	-17,9	11,4
PROCESSOS DISCIPLINARES	34	42	36	-19,0	16,7
PROCESSOS EM TRIBUNAL	162	100	103	62,0	-2,9

⁽¹⁾ Valores estimados

Relativamente a ações judiciais, intentadas em anos transatos relacionadas com o afastamento do ACT no ex-IFADAP, bem como a integração desses trabalhadores no regime geral da segurança social, continuaram as mesmas a ser acompanhadas, tendo sido desenvolvidas várias diligências, inclusive judiciais (ainda em curso), no sentido de evitar que os trabalhadores reformados do ex-IFADAP percam em definitivo o SAMS.

De salientar que foram colocadas, aos Serviços Jurídicos, questões de elevada complexidade, nomeadamente relacionadas com as reestruturações ocorridas nos bancos e as suas consequências nas relações laborais, nomeadamente com reformas antecipadas, rescisões por mútuo acordo e inclusive despedimentos coletivos (com o respetivo acompanhamento dos associados envolvidos, inclusive em sede de impugnação), bem como relacionadas com a entrada em vigor dos vários instrumentos de regulamentação coletiva vigentes no sector. Também foi prestado apoio à contratação coletiva, nomeadamente no que respeita à realização de acordos de adesão ao ACT.

Também ao SAMS e à USP tem sido prestada assistência jurídica, nas diversas questões que se colocam nas áreas das suas atribuições, algumas requerendo elevado grau de especialização (aqui se incluem contratos, nomeadamente relativos às instalações e equipamentos do sindicato, com especial destaque para o acompanhamento da venda do “Palacete”). Inclui-se, também, o patrocínio judicial, em questões relacionadas com os serviços de saúde prestados e em ações intentadas por trabalhadores contra o sindicato, bem como a instrução de processos disciplinares contra trabalhadores do sindicato.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.3. APOIO JURÍDICO

A assistência jurídica aos associados foi, como é norma, prestada através de contactos individuais com os advogados:

- Consultas presenciais, por escrito, pelo telefone e por email;
- Elaboração de respostas a notas de culpa;
- Consulta de processos individuais e disciplinares;
- Acompanhamento de diligências probatórias;
- Reuniões com bancos e advogados;
- Reuniões coletivas com grupos de associados, quando necessário.

O número e a relevância das consultas aos associados, que, no geral, sempre têm expressado a sua satisfação pela intervenção dos Serviços Jurídicos, continuou no mesmo ritmo de procura, sendo de realçar a complexidade das questões em face das aludidas reestruturações e suas consequências, também, ao nível da segurança social dos trabalhadores bancários (fundos de pensões) e compatibilização entre os regimes de segurança social.

A assistência em processos judiciais inclui a elaboração de todas as peças processuais, reuniões com o associado e deslocações ao tribunal para as necessárias diligências.

De referir, também, que os Serviços Jurídicos emitiram vários pareceres, a pedido do SBSI, relativamente às diversas áreas de atuação do sindicato, bem como relativamente à sua própria organização e funcionamento, assumindo a sua defesa nas questões colocadas nessas áreas.

De assinalar, ainda o acompanhamento de elementos da Direção a reuniões com as diversas instituições e com trabalhadores. Por último destaca-se a redação periódica de textos no “Bancário”, quer na página das questões jurídicas, quer em outras, bem como na revista da FEBASE.

Podemos, portanto, afirmar, uma vez mais, que, sem prejuízo do continuado aperfeiçoamento, sempre desejável, a verdade é que os Serviços Jurídicos cumpriram no desempenho das suas tarefas, cumprimento esse claramente espelhado nas estatísticas constantes deste relatório.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.4. FORMAÇÃO

O ano de 2017 revelou, uma vez mais, o significativo acolhimento que as iniciativas formativas patrocinadas pelo SBSI despertam nos associados, designadamente no que se refere à formação profissional para bancários no ativo.

O número de formandos, no total de 430, traduziu-se num acréscimo de mais de 100% quando comparado com o ano anterior, o que atesta bem o acolhimento desta oferta formativa.

No domínio de temáticas predominantemente técnicas, introduziram-se os cursos “Clientes Bancários e Sigilo Bancário”, “Contratos Bancários e Garantias do Crédito” e “Insolvência e o Processo Especial de Revitalização”.

Na área comportamental, iniciaram-se as ações “Comunicação Eficaz II” e “O Líder Coach”.

O principal enfoque das diferentes ações incidiu nos associados das Secções Sindicais de Empresa. No entanto, realizaram-se também duas ações formativas em Torres Vedras e uma em Castelo Branco.

Como habitualmente, o Pelouro de Formação do SBSI manteve a sua participação no Conselho Pedagógico do Instituto de Formação Bancária.

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	AÇÕES			Variação (%)		FORMANDOS			Variação (%)	
	2017	2016	2015	17/16	16/15	2017	2016	2015	17/16	16/15
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	23	13	21	76,9	-38,1	430	198	370	>100	-46,5
Liderar e Motivar equipas	1	2	2	-50,0	0,0	21	28	38	-25,0	-26,3
Recuperação de Crédito	-	1	2	-	-50,0	-	15	30	-	-50,0
Operações e Direito Bancário	-	-	2	-100,0	-	-	-	37	-100,0	-
Coaching Gest.Equipas e Activ. Comercial	-	-	5	-100,0	-	-	-	98	-100,0	-
Mercados e Prod.Financeiros (Módulo I)	-	1	3	-	-66,7	-	15	54	-	-72,2
Negociação e Gestão de Conflitos	-	3	2	-	50,0	-	46	28	-	64,3
Gestão do Tempo e do Stress	-	1	5	-	-80,0	-	19	85	-	-77,6
Técnicas de Apresentação	2	-	-	-	-100,0	30	-	-	-	-100,0
Branqueamento de Capitais	-	2	-	-	-	-	26	-	-	-
Introdução ao Marketing	-	1	-	-	-	-	16	-	-	-
Comunicação Eficaz	-	2	-	-	-	-	33	-	-	-
Comunicação Eficaz I	3	-	-	-	-	46	-	-	-	-
Comunicação Eficaz II	2	-	-	-	-	39	-	-	-	-
Clientes Bancários e Sigilo Bancário (1)	3	-	-	-	-	65	-	-	-	-
Contratos Bancários e Garantias de Crédito	4	-	-	-	-	81	-	-	-	-
O Líder Coach	3	-	-	-	-	47	-	-	-	-
Insolvência e o Processo Especial de Revitalização (2)	5	-	-	-	-	101	-	-	-	-

(1) Em 2017 foi efetuada 1 ação em Torres Vedras e 1 em Castelo Branco c/ 15 participantes em cada ação.

(2) Em 2017 foi efetuada 1 ação em Torres Vedras c/ 22 participantes.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.5. LUTUOSA

A lutuosa do SBSI tem como objecto a concessão de subsídios de luto, pelo falecimento dos associados, no ano da sua morte, ou no seguinte, quando o número de óbitos, nesse ano, exceder o número de chamadas de capital estabelecido, à pessoa por eles designada, ou aos herdeiros na falta de qualquer indicação.

Em 2017 foram atribuídos subsídios no montante global de 640 mil euros, aos respectivos beneficiários, correspondendo esse valor à média de 5,9 mil euros por óbito.

MESES	SUBSÍDIO (em euros)						Contrib. por sócio	
	Valor Global	Valor Unitário			Variação (%)		2017	
	2017	2017	2016	2015	17/16	16/15	Total	Óbito
Janeiro	54.306	6.034	6.246	6.475	-3,4	-3,5	10,33	1,15
Fevereiro	54.085	6.009	6.227	6.453	-3,5	-3,5	10,28	1,14
Março	53.967	5.996	6.208	6.424	-3,4	-3,4	10,26	1,14
Abril	53.718	5.969	6.188	6.399	-3,5	-3,3	10,21	1,13
Mai	53.564	5.952	6.168	6.384	-3,5	-3,4	10,18	1,13
Junho	53.370	5.930	6.153	6.363	-3,6	-3,3	10,15	1,13
Julho	53.237	5.915	6.135	6.345	-3,6	-3,3	10,12	1,12
Agosto	53.105	5.901	6.125	6.325	-3,7	-3,2	10,10	1,12
Setembro	53.972	5.997	6.096	6.307	-1,6	-3,3	10,26	1,14
Outubro	52.827	5.870	6.078	6.298	-3,4	-3,5	10,04	1,12
Novembro	52.641	5.849	6.069	6.279	-3,6	-3,3	10,01	1,11
Dezembro	52.395	5.822	6.052	6.269	-3,8	-3,5	9,96	1,11
TOTAL / MÉDIA	641.185	5.937	6.145	6.360	-3,4	-3,4	121,91	13,55

Cada sócio da lutuosa contribuiu, em 2017, para as chamadas de capital, com um valor acumulado de 125,48 euros, equivalente a 1,16 euros por óbito.

DESCRIÇÃO	2017	2016	2015	Variação (%)	
	Nº	Nº	Nº	17/16	16/15
Óbitos	145	159	156	-8,8	1,9
Óbitos com processamento	108	108	108	0,0	0,0
Inscrições	0	0	0	-	-
Sócios eliminados	18	14	23	28,6	-39,1
Inscrições acumuladas	9.891	9.891	9.891	0,0	0,0
Sócios com inscrição activa	5.110	5.273	5.446	-3,1	-3,2

Registaram-se 145 óbitos e 18 cancelamentos de sócios. Entraram em processo 108 óbitos. No mesmo período não se verificaram novas inscrições. No final do ano, existiam 5.110 sócios com inscrição activa, ou seja, menos 3,1% do que no ano anterior.

3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

- 3.1. Gestão
- 3.2. Recursos Humanos
 - 3.2.1. Por tipo de pessoal
 - 3.2.2. Por Empresa
 - 3.2.3. Outros indicadores
- 3.3. Instalações

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.1. GESTÃO

■ Composição da Direção

Presidente

Rui Fernando da Cunha Mendes Riso

Vice-Presidente

Rui Manuel Ribeiro dos Santos Alves

Secretário

Paulo de Amaral Alexandre

Tesoureiro

João Nunes de Carvalho

Vogais

António José Real da Fonseca

José Maria Pastor de Oliveira

Cristina Alexandra Pereira Trony

Humberto Miguel Lopes da Cruz de Jesus Cabral

Fernando Horácio de Jesus Oliveira

António Manuel Tavares Ramos

Carlos Daniel da Paz Castanheira Bispo

Ângela Cardoso Ruivo Nunes Filipe

Rute Cláudia Marques Jesus Almeida

■ Organização dos Pelouros

Relações Internacionais / CPLP	Rui Riso / Rui Santos Alves
Revista "O Bancário"	Rui Riso (Diretor); Rui Santos Alves (Diretor-adjunto); Rui Riso; Rui Santos Alves; António Fonseca; João Ferreira (Conselho Editorial)
Contratação	Paulo Alexandre (Coordenador); João Ferreira; Humberto Cabral; Ângela Filipe; Carlos Bispo
Assuntos Jurídicos	Rui Riso (Coordenador); Paulo Alexandre
Estrutura de Representação Colectiva	João Carvalho (Coordenador); José Carlos Pires
Sindicalização	Humberto Cabral (Coordenador); Rui Mouzinho; Carlos Bispo; Ângela Filipe; Rute Almeida; João Ferreira
Informação	António Fonseca (Coordenador); João Ferreira
Formação	Rui Santos Alves (Coordenador); Rute Almeida
Tempos Livres	António Ramos; João Carvalho
GRAM - Grupo de Ação de Mulheres	Cristina Trony (Coordenadora); Teresa Pereira, Vânia Ferreira
Comissão da Juventude	Ângela Filipe (Coordenadora); Luís Roque; Ana Mendes
Comissão de Quadros e Técnicos	Rute Almeida (Coordenadora)

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.2. RECURSOS HUMANOS

3.2.1. Por tipo de pessoal

No final de 2017, os serviços da Atividade Sindical empregavam 82 trabalhadores, menos 3 do que no ano anterior.

NATUREZA DAS FUNÇÕES	2017		2016 Nº	2015 Nº	Variação (%)	
	Nº	(%)			17/16	16/15
Enquadramento	5	6,1	6	6	-16,7	0,0
Específicas	4	4,9	4	4	0,0	0,0
Administrativas	34	41,5	34	34	0,0	0,0
Auxiliares	39	47,6	41	42	-4,9	-2,4
TOTAL	82	100,0	85	86	-3,5	-1,2

As funções auxiliares correspondem a 47,6% do quadro de pessoal, seguindo-se as funções administrativas, com 41,5%. O pessoal que desempenha funções específicas representa cerca de 4,9% do total.

3.2.2. Por empresa

Do conjunto de todas as empresas, consideradas individualmente, a Sede concentrava o maior número de trabalhadores, ou seja, 30,5% do total.

EMPRESAS E SERVIÇOS	2017		2016 Nº	2015 Nº	Variação (%)	
	Nº	(%)			17/16	16/15
SEDE	25	30,5	26	26	-3,8	0,0
Serviços Ação Sindical	11	13,4	12	12	-8,3	0,0
Serviços Jurídicos	3	3,7	3	3	0,0	0,0
Serviços C.S.R.T.Livres	11	13,4	11	11	0,0	0,0
SECÇÕES REGIONAIS	29	35,4	30	30	-3,3	0,0
CENTRO DE FÉRIAS	9	11,0	10	10	-10,0	0,0
PARQUE DE CAMPISMO	19	23,2	19	20	0,0	-5,0
TOTAL	82	100,0	85	86	-3,5	-1,2

O Parque de Campismo manteve o mesmo número de trabalhadores do que no ano anterior.

A Sede, as Secções Regionais e o Centro de Férias reduziram 1 trabalhador em relação a 2016.

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.2. RECURSOS HUMANOS

O quadro seguinte mostra a divisão do pessoal por categorias profissionais, empresas e serviços, no final de 2017.

EMPRESAS E SERVIÇOS	NATUREZA DA FUNÇÃO			TOTAL
	Admin.	Auxiliares	Técnicos	
SEDE	14	6	5	25
Serviços Ação Sindical	6	3	2	11
Serviços Jurídicos	0	0	3	3
Serviços C.S.R.T.Livres	8	3	0	11
SECÇÕES REGIONAIS	19	10	0	29
CENTRO DE FÉRIAS	1	8	0	9
PARQUE DE CAMPISMO	4	15	0	19
TOTAL	38	39	5	82

No Centro de Férias e Formação e no Parque de Campismo e Caravanismo, a maior parte do pessoal exercia funções auxiliares (88,9% e 78,9%, respectivamente). Nestas empresas, o pessoal administrativo tinha pouca expressão (5 trabalhadores, no total). As Secções Regionais apresentavam uma distribuição mais equilibrada entre categorias de natureza administrativa e auxiliar. Na Sede, prevaleciam as categorias profissionais de natureza administrativa, estando aqui concentrados todos os técnicos (5, no total).

3.2.3. Outros indicadores

O emprego na Atividade Sindical no final de 2017 tinha as seguintes características:

- 92,7% dos trabalhadores eram efectivos;
- O trabalho a tempo completo representava 93,2% dos casos ;
- O género feminino correspondia a 58,5% do total;
- O ACT do setor bancário era o IRCT mais aplicado (51,2%).

INDICADORES	2017 Total	2016 Total	2015 Total
Efetivos (%)	92,7	95,3	94,2
A Tempo completo (%)	93,2	81,0	81,0
Género (%)			
Homens	41,5	38,8	39,5
Mulheres	58,5	61,2	60,5
Média (anos)			
Idade	51,8	52,3	51,2
Antiguidade	24,9	25,5	24,2
Movimentação (Nº)			
Entradas	18	13	1
Saídas	21	14	4
IRCT aplicável (Nº)			
ACT Setor bancário	42	44	44
Normas Reguladoras/CIT	26	26	27
AE SBSI / FETESE	14	15	15

Em relação ao ano anterior, a estrutura não sofreu alteração sensível. Registamos, apenas, que a média de idades situa-se no final de 2017, em 51,8 anos.

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.3. INSTALAÇÕES

Para a realização dos seus objetivos, a Atividade Sindical utilizou as seguintes instalações, na maioria dos casos propriedade do SBSI:



SBSI - Atividade Sindical

Rua de S. José, 131 - 1169-046 LISBOA



Centro de Férias e Formação

Casal do Zote - Beco - 2240-208 FERREIRA DO ZÊZERE



Parque de Campismo

Pinheiros de Marim - Apartado 300 - 8700-912 OLHÃO



Angra do Heroísmo, Beja, Castelo Branco, Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Horta, Ponta Delgada, Portalegre, Portimão, Santarém, Setúbal, Tomar, Torres Vedras.

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

- 4.1. Enquadramento
- 4.2. Análise Económica
 - 4.2.1. Análise Global
 - 4.2.2. Análise por empresas
- 4.3. Análise Financeira

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.1. ENQUADRAMENTO

Segundo os dados preliminares do INE relativos ao 4º trimestre de 2017, no conjunto do ano, o PIB (Produto Interno Bruto) terá crescido 2,7%, o que compara com um crescimento de 1,6% em 2016.

A procura interna contribuiu para este aumento devido sobretudo à aceleração do investimento.

No total do ano de 2017, as exportações de bens cresceram 10,1%, atingindo o maior peso no PIB dos últimos 17 anos, mas as importações subiram ainda mais, 12,5%, o que agravou o défice comercial em 2,6 mil milhões de euros.

A gestão do exercício teve de se confrontar com a progressiva redução do nível de sindicalização que se vem agravando a cada ano que passa, com impacto no equilíbrio económico e financeiro do SBSI.

O resultado de 2017 foi de 488 mil euros, que corresponde a um decréscimo de 150 mil euros, em relação ao ano anterior, que foi de 637 mil euros.

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

O ano de 2017 gerou um resultado positivo de 0,5 milhões de euros, inferior do alcançado no ano transato, no valor de 0,7 milhões de euros.

(Unid: Euro)

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
GASTOS	8.769.179	100,0	8.730.284	9.312.914	0,4	-6,3
61 Custo Merc. Vendidas e Mat. C.	27.209	0,3	29.842	31.733	-8,8	-6,0
62 Fornecimentos e Serviços Ext.	4.564.657	52,1	4.468.859	4.695.656	2,1	-4,8
63 Gastos com o Pessoal	2.777.653	31,7	2.781.189	2.880.524	-0,1	-3,4
64 Gastos de Deprec. e Amort.	450.760	5,1	455.776	493.947	-1,1	-7,7
65 Perdas por Imparidade	2.703	0,0	1.184	80.392	>100	-98,5
67 Provisões do Período	191.186	2,2	196.063	196.538	-2,5	-0,2
68 Outros Gastos	737.843	8,4	744.594	909.540	-0,9	-18,1
69 Gastos e Perdas de Financ.	17.168	0,2	52.777	24.585	-67,5	>100
RENDIMENTOS	9.257.496	100,0	9.367.522	9.224.901	-1,2	1,5
72 Prestações de Serviços	2.451.148	26,5	2.314.799	1.986.136	5,9	16,5
Quotiz./Contrib./Subs. Explor.	6.415.919	69,3	6.637.916	6.814.562	-3,3	-2,6
76 Reversões	4.571	0,0	3.416	15.650	33,8	-78,2
78 Outros Rendimentos e Ganhos	356.198	3,8	376.630	345.213	-5,4	9,1
79 Juros e Outros Rend. Similares	29.660	0,3	34.761	63.340	-14,7	-45,1
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	488.317	-	637.238	-88.013	-23,4	>-100

A diminuição do resultado do exercício foi originado, fundamentalmente, pela diminuição dos rendimentos em 1,2%, com um aumento dos gastos em 0,4%.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ GASTOS TOTAIS

Os gastos neste exercício, subiram ligeiramente 0,4%, em relação ao período transato, tendo atingido o valor global de 8,8 milhões de euros.

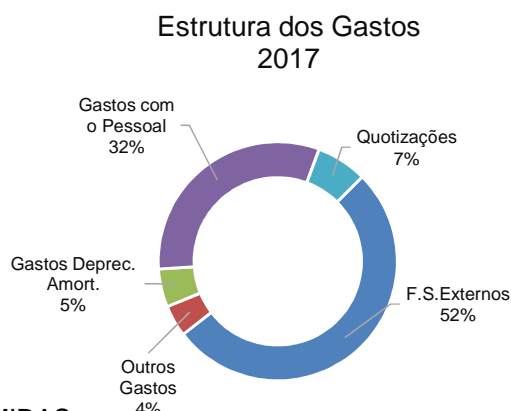
CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
6 Gastos	8.769.179	100,0	8.730.284	9.312.914	0,4	-6,3
Custo Merc. Vend. e Mat. Cons.	27.209	0,3	29.842	31.733	-8,8	-6,0
Fornec. e Serv. Externos	4.564.657	52,1	4.468.859	4.695.656	2,1	-4,8
Gastos com o Pessoal	2.777.653	31,7	2.781.189	2.880.524	-0,1	-3,4
Gastos de Deprec. e Amort.	450.760	5,1	455.776	493.947	-1,1	-7,7
Perdas por Imparidade	2.703	0,0	1.184	80.392	>100	-98,5
Provisões do Período	191.186	2,2	196.063	196.538	-2,5	-0,2
Outros Gastos	737.843	8,4	744.594	909.540	-0,9	-18,1
Gastos de Financiamento	17.168	0,2	52.777	24.585	-67,5	>100

Este comportamento está relacionado essencialmente com a aumento dos fornecimentos e serviços externos em 2,1% (96 mil euros).

A conta de gastos de financiamento teve uma redução de 67,5% (- 36 mil euros).

De entre as contas com mais peso, assinala-se os gastos com o pessoal que diminuíram em 4 mil euros, face ao ano de 2016, o que a nível percentual corresponde -0,1%.

As quotizações pagas pelo SBSI, que estão incluídas na conta de outros gastos, representam 7% do total dos gastos.



■ CUSTO DAS MERCADORIAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Esta conta teve uma redução de três mil euros em relação ao ano de 2016.

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
61 Custo Merc. Vend. e Mat. Consumidas	27.209	100,0	29.842	31.733	-8,8	-6,0
Matérias Primas Subs. e Consumo	27.033	99,4	27.308	29.759	-1,0	-8,2
Mercadorias	176	0,6	2.534	1.974	-93,0	28,4

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica representa 52,1% da estrutura de gastos. Relativamente ao ano passado, existiu um aumento de 2,1% (+96 mil euros), com as deslocações, estadas e transportes a contribuir com um aumento de 37,8% (+83 mil euros).

(Unid: Euro)

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
62 Fornecimento e Serviços Externos	4.564.657	100,0	4.468.859	4.695.656	2,1	-4,8
Subcontratos	2.514.791	55,1	2.483.494	2.357.948	1,3	5,3
Serviços Especializados	687.624	15,1	659.936	814.889	4,2	-19,0
Materiais	58.628	1,3	90.932	75.044	-35,5	21,2
Energia e Fluidos	370.234	8,1	373.805	340.426	-1,0	9,8
Deslocações, Estadas e Transp.	303.595	6,7	220.248	250.340	37,8	-12,0
Serviços Diversos	542.893	11,9	527.211	700.924	3,0	-24,8
Despesas Órgãos Sociais	86.891	1,9	113.234	156.083	-23,3	-27,5

Outra das variações de maior significado para o apuramento final da conta, ocorreram nos serviços especializados com mais 28 mil euros (+4,2%), e nos serviços diversos com mais 16 mil euros (+3%), sobretudo nos seguros de instalações e equipamentos (>100%).

Mantendo a tendência do ano passado, a rubrica subcontratos registou uma variação positiva de 1,3% em 2017:

(Unid: Euro)

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
6201 Subcontratos	2.514.791	100,0	2.483.494	2.357.948	1,3	5,3
Subcontratos Gerais	528.740	21,0	525.308	556.473	0,7	-5,6
Subcontratos Informáticos	29.164	1,2	24.495	26.792	19,1	-8,6
Subcontratos Lazer	929.572	37,0	814.190	635.215	14,2	28,2
Subcontratos PTIs	1.027.315	40,9	1.119.501	1.139.469	-8,2	-1,8

A parcela dos subcontratos PTIs tiveram uma representatividade de 40,9% no total dos subcontratos, obtendo uma variação negativa de 8,2% (- 92 mil euros), consequência da redução dos custos apresentados pela USP.

A parcela dos subcontratos de lazer tiveram um aumento de 14,2% (+ 115 mil euros).

Existiu também um acréscimo nos subcontratos gerais e informáticos de 0,7% e 19,1% respetivamente.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ GASTOS COM PESSOAL

Esta conta representou em 2017, 31,7% dos gastos totais. O montante despendido atingiu 2,8 milhões de euros, baixando ligeiramente, em termos absolutos, face ao período homólogo.

(Unid: Euro)

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
63 Gastos com o Pessoal	2.777.653	100,0	2.781.189	2.880.524	-0,1	-3,4
Remunerac. dos Órgãos Sociais	272.094	9,8	254.427	233.660	6,9	8,9
Remuneração do Pessoal	1.577.504	56,8	1.607.007	1.678.836	-1,8	-4,3
Encargos s/ Remunerações	501.820	18,1	507.141	521.666	-1,0	-2,8
Seguros	12.443	0,4	12.844	8.170	-3,1	57,2
Gastos da Ação Social	6.208	0,2	9.910	7.182	-37,4	38,0
Outros Gastos	407.584	14,7	389.861	431.009	4,5	-9,5

O decréscimo verificado, nesta conta, deve-se principalmente às remunerações do pessoal que registaram menos 30 mil euros (-1,8%), resultado da:

- Diminuição da remuneração base em 10 mil euros;
- Diminuição do subsídio de férias em 15 mil euros;
- Diminuição dos acréscimos trabalho Sáb/Dom/Feriados em 15 mil euros;
- Aumento dos prémios de antiguidade em 22 mil euros (>100%) em relação a 2016.

O encargos sobre remunerações tiveram um decréscimo de 5 mil euros (-1%).

A parcela remuneração do pessoal representa 56,8% do total dos gastos com o pessoal:

(Unid: Euro)

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
6302 Remuneração do Pessoal	1.577.504	100,0	1.607.007	1.678.836	-1,8	-4,3
Remuneração Base	868.501	55,1	878.841	905.928	-1,2	-3,0
Diuturnidades	124.253	7,9	119.331	121.943	4,1	-2,1
Isenção de Horário	60.066	3,8	61.489	65.971	-2,3	-6,8
Subsídio de Falhas	0	0,0	240	2.933	-100,0	-91,8
Subsídio de Refeição	145.646	9,2	145.162	151.791	0,3	-4,4
Subsídio de Função	3.214	0,2	3.218	3.218	-0,1	0,0
Trabalho Nocturno	12.777	0,8	10.541	10.911	21,2	-3,4
Trabalho Suplementar	0	0,0	616	33.307	-100,0	-98,2
Subsídio de Férias	99.226	6,3	114.502	114.814	-13,3	-0,3
Subsídio de Natal	103.116	6,5	104.385	104.123	-1,2	0,3
Prémios de Antiguidade	30.144	1,9	7.687	21.624	>100	-64,4
Subsídio Estudo p/ filhos Trab	6.316	0,4	6.428	7.549	-1,7	-14,8
Acrés. Horário Compl. Prolong.	8.134	0,5	8.134	8.134	0,0	0,0
Acrés. Trabalho Sáb/Dom/Feriad	16.886	1,1	31.931	11.776	-47,1	>100
Mês de Férias	99.226	6,3	114.502	114.814	-13,3	-0,3

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ GASTOS DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÕES

Este conjunto contribuiu com cerca de 451 mil euros para o total dos gastos do exercício. Em relação ao período passado, verificou-se uma variação negativa de 5 mil euros (-1,1%) em termos absolutos.

(Unid: Euro)

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
64 Gastos de Deprec. e Amort.	450.760	100,0	455.776	493.947	-1,1	-7,7
Ativos Fixos Tangíveis	450.760	100,0	455.776	493.947	-1,1	-7,7
Edifícios e Outras Construções	380.943	84,5	378.392	403.655	0,7	-6,3
Equipamento Básico	4.484	1,0	7.469	9.279	-40,0	-19,5
Equipamento de Transporte	1.097	0,2	2.205	2.171	-50,3	1,6
Ferramentas e Utensílios	5.300	1,2	135	80	>100	68,3
Equipamento Administrativo	53.851	11,9	61.136	72.575	-11,9	-15,8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5.085	1,1	6.437	6.187	-21,0	4,0

Edifícios e outras construções, com 84,5% do total, e equipamento administrativo, com 11,9%, foram as rubricas que concentraram maior volume de gastos, tendo esta última rubrica apresentado a maior variação em valor absoluto (- 7 mil euros).

■ PERDAS POR IMPARIDADE

Esta conta teve um aumento de mil e quinhentos euros em relação ao ano de 2016.

(Unid: Euro)

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
65 Perdas por Imparidade	2.703	100,0	1.184	80.392	>100	-98,5
Em Dívidas a Receber	2.703	100,0	1.184	80.392	>100	-98,5

■ PROVISÕES DO PERÍODO

Esta conta representa no período em análise, 2,2% do total de gastos, com um valor de 191 mil euros (-2,5%).

(Unid: Euro)

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
67 Provisões do Período	191.186	100,0	196.063	196.538	-2,5	-0,2
Impostos	0	0,0	3.605	3.820	-100,0	-5,6
Pensões	191.186	100,0	192.458	192.718	-0,7	-0,1

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ OUTROS GASTOS

Em 2017 os outros gastos e perdas corresponderam a 8,4% dos totais dos gastos, com o valor de 738 mil euros. Existiu um decréscimo 7 mil euros (-0,9%) em relação a 2016

(Unid: Euro)

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
68 Outros Gastos	737.843	100,0	744.594	909.540	-0,9	-18,1
Impostos	10.796	1,5	12.748	20.183	-15,3	-36,8
Dívidas Incobráveis	636	0,1	510	769	24,6	-33,7
Multas e Penalidades	1.651	0,2	0	788	-	-100,0
Gastos e Perdas em Inv. não F.	144	0,0	0	19.715	-	-100,0
Outros Gastos	122.675	16,6	99.852	211.074	22,9	-52,7
Quotizações	601.941	81,6	631.483	657.011	-4,7	-3,9

A rubrica mais representativa foi a das quotizações com 81,6% do total da conta de outros gastos, com uma redução de 30 mil euros (-4,7%) em relação a 2016, e que congrega as contribuições para as várias instituições nacionais e estrangeiras, onde o SBSI se encontra filiado, nomeadamente, UGT, UNI e FEBASE.

■ GASTOS DE FINANCIAMENTO

No exercício em análise, a conta de gastos e perdas de financiamento com o valor de 17 mil euros, teve uma variação negativa de 36 mil euros (-67,5%) relativamente ao ano anterior.

(Unid: Euro)

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
69 Gastos de Financiamento	17.168	100,0	52.777	24.585	-67,5	>100
Juros Suportados	40	0,2	0	0	-	-
Outros Gastos e Perdas de Fin.	17.128	99,8	52.777	24.585	-67,5	>100

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ RENDIMENTOS

Os rendimentos totais averbaram uma redução homóloga de cerca de 1,2%, fechando o ano de 2017 com o valor de 9,3 milhões de euros.

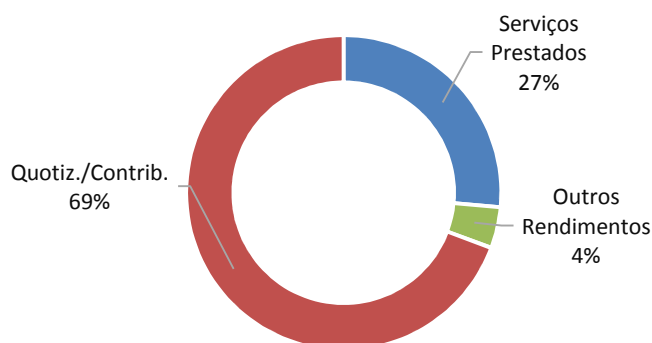
(Unid: Euro)

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
7 Rendimentos	9.257.496	100,0	9.367.522	9.224.901	-1,2	1,5
Serviços Prestados	2.451.148	26,5	2.314.799	1.986.136	5,9	16,5
Quotiz./Contrib.	6.415.919	69,3	6.637.916	6.814.562	-3,3	-2,6
Reversões	4.571	0,0	3.416	15.650	33,8	-78,2
Outros Rendimentos	356.198	3,8	376.630	345.213	-5,4	9,1
Juros e Outros Rend. Similares	29.660	0,3	34.761	63.340	-14,7	-45,1

De salientar que as quotizações sindicais representam 69,3% do total desta conta e mantêm o trajeto descendente, com menos 222 mil euros, face a 2016.

Os serviços prestados com o peso de 26,6% dos rendimentos obtidos, aumentou em relação ao ano anterior 136 mil euros (+5,9%).

Estrutura de Rendimentos 2017



SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ SERVIÇOS PRESTADOS

Mantendo a variação do exercício anterior, o comportamento desta rubrica em 2017, foi ascendente. A evolução em relação ao período homólogo anterior, foi de 5,9%.

CONTAS	2017		2016	2015	Variação (%)	
	Valor	(%)			Valor	Valor
72 Serviços Prestados	2.451.148	100,0	2.314.799	1.986.136	5,9	16,5
Serv.Lazer-Camp.Carav.-TxReduz	1.368.256	55,8	1.305.848	1.224.104	4,8	6,7
Serv.Lazer-Exp.H.Simil-Tx.Redu	294.080	12,0	335.418	311.603	-12,3	7,6
Serv.Lazer-Circ.Turísticos	788.486	32,2	673.302	450.053	17,1	49,6
Serviços Secundários-Tx.Normal	327	0,0	231	376	41,6	-38,6

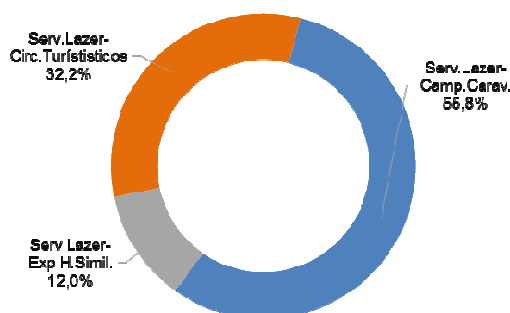
(Unid: Euro)

Destacam-se os serviços de lazer- circuitos turísticos que aumentaram 17,1% (+115 mil euros).

Os serviços de lazer – exploração hoteleira, obtiveram uma variação negativa de 12,3% (-41 mil euros).

De salientar que neste conjunto de contas, os serviços de lazer – campismo e caravanismo têm 55,8% do total.

Estrutura dos Serviços Prestados 2017



■ QUOTIZAÇÕES

As quotizações dos sócios sustentaram, quase inteiramente esta conta. Registraram uma variação negativa de 3,3%. Foram arrecadados 6,4 milhões de euros, neste ano, correspondentes a mais de dois terços do total das receitas.

As quotizações sindicais diminuiram aproximadamente 231 mil euros em relação ao período homólogo.

CONTAS	2017		2016	2015	Variação (%)	
	Valor	(%)			Valor	Valor
7215 Quotiz./Contrib.	6.415.919	100,0	6.637.916	6.814.562	-3,3	-2,6
Quotizações Sindicais	6.370.815	99,3	6.601.646	6.756.791	-3,5	-2,3
Quotizações Lutuosa	217	0,0	0	0	-	-
Outras	44.888	0,7	36.270	57.771	23,8	-37,2

(Unid: Euro)

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.2. Análise por Empresas

(Unid: Euro)

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
GASTOS	8.769.179	100,0	8.730.284	9.312.914	0,4	-6,3
Sede	5.449.426	62,1	5.448.238	5.832.409	0,0	-6,6
Parque Campismo	1.252.254	14,3	1.212.779	1.207.247	3,3	0,5
Centro Férias	439.397	5,0	444.810	590.042	-1,2	-24,6
Secções Regionais	1.624.993	18,5	1.621.392	1.676.429	0,2	-3,3
Lutuosa	3.110	0,0	3.065	6.788	1,5	-54,9
RENDIMENTOS	9.257.496	100,0	9.367.522	9.224.901	-1,2	1,5
Sede	6.648.809	71,8	6.749.565	6.718.739	-1,5	0,5
Parque Campismo	1.399.739	15,1	1.372.531	1.257.622	2,0	9,1
Centro Férias	147.045	1,6	153.723	127.047	-4,3	21,0
Secções Regionais	1.059.678	11,4	1.085.179	1.116.669	-2,3	-2,8
Lutuosa	2.225	0,0	6.524	4.825	-65,9	35,2
Resultado Líquido do Exercício	488.317	-	637.238	-88.013	-	-
Sede	1.199.383	-	1.301.327	886.330	-7,8	46,8
Parque Campismo	147.485	-	159.752	50.375	-7,7	>100
Centro Férias	-292.352	-	-291.086	-462.995	-0,4	37,1
Secções Regionais	-565.315	-	-536.213	-559.760	-5,4	-4,2
Lutuosa	-885	-	3.459	-1.963	>100	>-100

■ PARQUE DE CAMPISMO E CARAVANISMO

A exploração do Parque de Campismo, gerou um resultado positivo, que neste exercício se situou em cerca de 148 mil euros, com uma variação negativa de 7,7% relativamente ao ano anterior.

(Unid: Euro)

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
GASTOS	1.252.254	100,0	1.212.779	1.207.247	3,3	0,5
61 Custo Merc. Vend. e Mat. Cons.	3.659	0,3	2.463	2.545	48,6	-3,2
62 Fornecimentos e Serviços Ext.	638.964	51,0	589.145	604.020	8,5	-2,5
63 Gastos com o Pessoal	479.066	38,3	477.866	466.337	0,3	2,5
64 Gastos de Deprec. e Amort.	78.481	6,3	82.975	73.810	-5,4	12,4
67 Provisões do Período	41.800	3,3	41.861	41.748	-0,1	0,3
68 Outros Gastos	1.786	0,1	10.122	7.208	-82,4	40,4
69 Gastos de Financiamento	8.497	0,7	8.348	11.579	1,8	-27,9
RENDIMENTOS	1.399.739	100,0	1.372.531	1.257.622	2,0	9,1
72 Serviços Prestados	1.369.112	97,8	1.305.848	1.224.104	4,8	6,7
78 Outros Rendimentos	30.336	2,2	66.517	33.263	-54,4	100,0
79 Juros e Outros Rend. Similares	292	0,0	166	254	76,2	-34,9
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	147.485	-	159.752	50.375	-7,7	>100

Das contas de 2017 do Parque de Campismo e Caravanismo, destaca-se, entretanto, o aumento de 4,8% nos serviços prestados.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.2. Análise por Empresas

■ CENTRO DE FÉRIAS E FORMAÇÃO

O Centro de Férias e Formação teve um saldo negativo de 292 mil euros (-0,4%) em comparação com o ano de 2016, inferior em comparação com o ano de 2016. Registou uma evolução positiva na redução de gastos (-1,2%) em contrapartida da diminuição dos rendimentos (-4,3%).

(Unid: Euro)

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
GASTOS	439.397	100,0	444.810	590.042	-1,2	-24,6
61 Custo Merc. Vend. e Mat. Cons.	1.467	0,3	4.078	3.129	-64,0	30,3
62 Fornecimentos e Serviços Ext.	205.998	46,9	196.490	202.375	4,8	-2,9
63 Gastos com o Pessoal	177.458	40,4	188.157	182.745	-5,7	3,0
64 Gastos de Deprec. e Amort.	36.674	8,3	38.288	182.482	-4,2	-79,0
67 Provisões do Período	16.004	3,6	16.029	15.964	-0,2	0,4
68 Outros Gastos	365	0,1	346	1.924	5,6	-82,0
69 Gastos de Financiamento	1.431	0,3	1.422	1.424	0,6	-0,2
RENDIMENTOS	147.045	100,0	153.723	127.047	-4,3	21,0
72 Serviços Prestados	125.085	85,1	138.758	115.106	-9,9	20,5
78 Outros Rendimentos	21.960	14,9	14.966	11.941	46,7	25,3
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	(292.352)	-	(291.086)	(462.995)	-0,4	37,1

De salientar na rubrica de gastos com pessoal, a diminuição de 11 mil euros em relação a 2016. Os serviços prestados tiveram um decréscimo de 14 mil euros, justificados em parte pela diminuição das atividades realizadas e pelos incêndios ocorridos na região, com impacto na taxa de ocupação.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.3. ANÁLISE FINANCEIRA

Comparativamente ao exercício anterior, o património do Sindicato, refletido no Balanço, avaliado em cerca de 24,1 milhões de euros, decresceu 2,3%.

(Unid: Euro)

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
ATIVO	24.107.474	100,0	24.671.467	23.240.776	-2,3	6,2
Ativo Não Corrente	7.903.363	32,8	8.241.959	8.591.748	-4,1	-4,1
Ativo Corrente	16.204.111	67,2	16.429.508	14.649.028	-1,4	12,2
Ativos detidos para venda	0	0,0	2.003.152	2.003.152	-100,0	0,0
Associados e outros	56.472	0,2	31.402	18.948	79,8	65,7
Estado e outros entes públicos	285.532	1,2	296.710	288.915	-3,8	2,7
Outros ativos correntes	6.359.867	26,4	7.736.087	7.800.441	-17,8	-0,8
Diferimentos	128.002	0,5	131.124	8.479	-2,4	>100
Caixa e depósitos bancários	9.374.238	38,9	6.231.033	4.529.093	50,4	37,6

No final do exercício, o ativo não corrente e o ativo corrente apresentavam 32,8% e 67,2%, respetivamente.

Os outros ativos correntes e as disponibilidades em caixa e depósitos bancários repartiram, entre si, cerca de 65,3% do ativo. As disponibilidades, com uma representação maioritária de depósitos em bancos, aumentaram 50,4% em relação ao período passado.

O capital próprio e o passivo tinham a seguinte composição, no final do exercício:

(Unid: Euro)

CONTAS	2017		2016 Valor	2015 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			17/16	16/15
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	24.107.474	100,0	24.671.467	23.240.776	-2,3	6,2
CAPITAL PRÓPRIO	22.122.824	91,8	21.634.507	20.997.269	2,3	3,0
Reservas	19.841.402	82,3	19.586.507	19.674.520	1,3	-0,4
Resultados transitados	1.793.105	7,4	1.410.762	1.410.762	27,1	0,0
Resultado Líquido	488.317	2,0	637.238	-88.013	-23,4	>-100
PASSIVO	1.984.650	8,2	3.036.960	2.243.507	-34,7	35,4
Passivo Não Corrente	602.653	2,5	613.642	616.905	-1,8	-0,5
Provisões	602.653	2,5	613.642	616.905	-1,8	-0,5
Passivo Corrente	1.381.997	5,7	2.423.318	1.626.602	-43,0	49,0
Fornecedores	284.761	1,2	260.785	267.974	9,2	-2,7
Adiantamentos de clientes	0	0,0	1.200.000	29.862	-100,0	>100
Estado e outros entes públicos	87.508	0,4	110.124	103.435	-20,5	6,5
Outros passivos correntes	1.009.728	4,2	852.409	1.225.331	18,5	-30,4

Em termos homólogos, o capital próprio cresceu 2,3%, justificado pelo aumento dos resultados transitados (+27,1%).

O passivo teve um decréscimo de 34,7% justificado pela inexistência de adiantamentos de clientes, reduzindo de forma significativa o passivo corrente.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(valores expressos em Euros)

Balanços

Demonstrações dos Resultados por Naturezas

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Demonstrações de Alterações nos Fundos Patrimoniais

Anexo às Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	2017	2016
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	7.901.466	8.240.805
Participações financeiras - outros ativos financeiros	6	1.897	1.154
Total do ativo não corrente		<u>7.903.363</u>	<u>8.241.959</u>
ATIVO CORRENTE:			
Ativos não correntes detidos para venda	7	-	2.003.152
Associados e outros	8	56.472	31.402
Estados e outros entes públicos	9	285.532	296.710
Outros ativos correntes	10	6.359.867	7.736.087
Diferimentos		128.002	131.124
Caixa e depósitos bancários	4	9.374.238	6.231.033
Total do ativo corrente		<u>16.204.111</u>	<u>16.429.508</u>
Total do ativo		<u><u>24.107.474</u></u>	<u><u>24.671.467</u></u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Reservas estatutárias	11	19.841.402	19.586.507
Resultados transitados	11	1.793.105	1.410.762
		<u>21.634.507</u>	<u>20.997.269</u>
Resultado líquido do período		488.317	637.238
Total dos fundos patrimoniais		<u><u>22.122.824</u></u>	<u><u>21.634.507</u></u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	12	602.653	613.642
Total do passivo não corrente		<u>602.653</u>	<u>613.642</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	284.761	260.785
Adiantamentos de clientes	14	-	1.200.000
Estado e outros entes públicos	9	87.508	110.124
Outros passivos correntes	15	1.009.728	852.409
Total do passivo corrente		<u>1.381.997</u>	<u>2.423.318</u>
Total do passivo		<u><u>1.984.650</u></u>	<u><u>3.036.960</u></u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u><u>24.107.474</u></u>	<u><u>24.671.467</u></u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2017.

A Direção do SBSI

A Contabilista Certificada (N.º 52789)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	16	8.867.067	8.952.715
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17	(27.209)	(29.842)
Fornecimentos e serviços externos	18	(4.564.657)	(4.468.859)
Gastos com o pessoal	19	(2.777.653)	(2.781.189)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	12	(2.703)	(1.184)
Provisões (aumentos / reduções)	12	(191.186)	(192.647)
Reversões de imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	12	4.571	-
Outros rendimentos	20	356.198	376.630
Outros gastos	21	(737.843)	(744.594)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		926.585	1.111.030
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	(450.760)	(455.776)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		475.825	655.254
Juros e rendimentos similares obtidos	22	29.660	34.761
Juros e gastos similares suportados	23	(17.168)	(52.777)
Resultado líquido do período		488.317	637.238

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2017.

A Direção do SBSI

A Contabilista Certificada (N.º 52789)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

Descrição	2017	2016
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Serviços Prestados	9.191.135	8.919.945
Pagamentos a Fornecedores	(4.536.028)	(4.542.773)
Pagamentos ao Pessoal	(2.992.812)	(3.375.190)
Fluxo gerado pelas operações	1.662.295	1.001.982
Outros Pagamentos / Recebimentos Rel. At. Operacionais	(486.339)	(381.605)
Fluxo de Atividades Operacionais [1]	1.175.956	620.377
Atividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos Fixos Tangíveis	808.046	1.201.115
Juros e Rendimentos Similares	24.576	33.656
Sub-total - Recebimentos	832.622	1.234.771
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	(125.927)	(134.814)
Fundos Compensação Trabalho	(743)	(446)
Sub-total - Pagamentos	(126.670)	(135.260)
Fluxo de Atividades de Investimento [2]	705.952	1.099.511
Atividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Operações de Financiamento (Interorganismos)	1.277.749	0
Sub-total - Recebimentos	1.277.749	0
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e Gastos Similares	(16.452)	(17.948)
Sub-total - Pagamentos	(16.452)	(17.948)
Fluxo de Atividades de Financiamento [3]	1.261.297	(17.948)
Variações de caixa e seus equivalentes [4]	3.143.205	1.701.940
Caixa e seus equivalentes - Início do período	6.231.033	4.529.093
Caixa e seus equivalentes - Fim do período	9.374.238	6.231.033

O anexo faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2017.

A Direção do SBSI

A Contabilista Certificada (N.º 52789)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Reservas estatutárias	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no início do exercício de 2016		19.674.520	1.410.762	(88.013)	20.997.269
Aplicação de resultados		(88.013)	-	88.013	-
Resultado líquido do exercício de 2016		-	-	637.238	637.238
Posição no fim do exercício de 2016		19.586.507	1.410.762	637.238	21.634.507
Aplicação de resultados	2	254.895	382.343	(637.238)	-
Resultado líquido do exercício de 2017		-	-	488.317	488.317
Posição no fim do exercício de 2017		19.841.402	1.793.105	488.317	22.122.824

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações de alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2017.

A Direção do SBSI

A Contabilista Certificada (N.º 52789)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (adiante igualmente designado por “SBSI”) é o principal sindicato português e foi criado em 30 de Julho de 1975, com a entrada em vigor dos novos estatutos do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa.

A sua atividade abrange todos os trabalhadores de instituições financeiras, que exerçam a sua atividade nos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal, bem como nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

O SBSI está filiado na União Geral de Trabalhadores e na UNI - Federação Sindical Internacional da área dos serviços.

Para além das suas atividades no campo das relações laborais, nomeadamente na contratação coletiva de trabalho, o SBSI gere os Serviços de Assistência Médico - Social (adiante igualmente designado por “SAMS do SBSI”), principal organização privada de saúde portuguesa.

Na área da ocupação dos tempos livres, o SBSI dispõe de um Centro de Férias e Formação, em Ferreira do Zêzere, e de um Parque de Campismo, em Olhão.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2016, vertidos no Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho que altera o Decreto – Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e aprova o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (“SNC – ESNL”), incluindo a norma contabilística e de relato financeiro prevista no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho e dos modelos de demonstrações financeiras e plano de contas, definidos nas portarias n.º 220/2015 de 24 de julho e n.º 218/2015 de 23 de julho. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado, genericamente, por “NCRF – ESNL”.

O SNC – ESNL são parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), conforme definido pelo Decreto – Lei n.º 158/2009, de 13 de junho e atualizado pelo Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, incluindo a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos n.º 8254/2015, n.º 8256/2015 e n.º 8258/2015, de 29 de julho.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidas de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis correspondem, essencialmente, a direitos de propriedade industrial e encontra-se registado ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas linearmente, por quotas constantes, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzidos de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	5 a 7
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	6 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 4

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

d) Participações financeiras – outros ativos financeiros

Instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto, o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores. O FCT é gerido pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP e financiado pelas entidades empregadoras através de entregas correspondentes a 0,925% da retribuição base e diuturnidades por cada trabalhador abrangido e admitido a partir de 1 de outubro de 2013.

e) Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a venda.

O método de custeio dos inventários adotado pelo SBSI consiste no custo médio ponderado.

f) Ativos não correntes detidos para venda

O SBSI classifica um ativo como não corrente detido para venda se for expectável que a entidade venha a recuperar o investimento através da venda e não do seu uso continuado, e que a venda venha a ocorrer no curto prazo.

Os ativos não correntes detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre:

- Quantia escriturada;
- Justo valor menos os custos associados à venda.

O ativo após ter sido transferido para esta categoria não é sujeito a amortizações, sendo efetuada regularmente uma análise de imparidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

g) Capitais próprios – reservas estatutárias

Os capitais próprios englobam as Reservas Estatutárias, que correspondem aos fundos especiais previstos nos estatutos do SBSI. Desta forma, os resultados transitados, as reservas e o resultado líquido do exercício, sendo ambos repartidos por dois regimes, de acordo com as seguintes características:

- Fundo Sindical - destinado à cobertura de eventuais saldos negativos do exercício;
- Fundo de greve e solidariedade - a ser aplicado, exclusivamente, em auxílio a sócios cujos vencimentos tenham sido diminuídos como resultado da adesão à greve declarada ou apoiada pelos órgãos do SBSI estatutariamente competentes. Este fundo destina-se também a permitir que o SBSI preste auxílio a sócios em situações de carência;
- Fundo de auxílio económico - destinado a ser utilizado no apoio a sócios e seus familiares que se encontrem em situações previstas no respetivo regulamento;

Adicionalmente, dentro das Reservas estatutárias o SBSI regista o Fundo da Lutuosa.

h) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

i) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente corresponde ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

j) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASj) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis (cont.)

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade.

A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

k) Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando o SBSI tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

I) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Caixa e depósitos a bancários
- Associados;
- Outros ativos correntes;
- Fornecedores;
- Outras passivos correntes;
- Financiamentos obtidos.

Ativos e passivos financeiros ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Foi registada uma imparidade para as dívidas a receber de beneficiários e utentes, tendo em consideração a respetiva idade e o período esperado de recuperação das dívidas. Para as restantes dívidas a receber foram analisadas as diferentes situações de acordo com a perspetiva económica de recuperação da dívida.

Adicionalmente, para todas as contas a receber que se encontravam em contencioso, foram registadas imparidades pela totalidade da dívida.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Entidade reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASm) Fundo de pensões

O SBSI / SAMS assumiram a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma e invalidez, bem como pensões de pré-reforma, em regime complementar ao da Segurança Social e em conformidade com os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados pelo SBSI. Para fazer face a essa responsabilidade o SBSI dispõe de uma provisão, cujo reforço anual corresponde a uma percentagem sobre as remunerações anuais dos seus empregados (Nota 12).

n) Vendas e serviços prestados

As vendas, as prestações de serviços e as quotizações dos sócios do SBSI são registadas em proveitos nas rubricas de “Vendas de mercadorias e serviços prestados”.

As quotizações correspondem a 1% a cargo dos trabalhadores que livremente se sindicalizem junto do SBSI.

o) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

p) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“eventos ajustáveis”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“eventos não ajustáveis”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

q) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalha-se conforme se segue:

	2017	2016
Disponibilidades:		
Caixa	10.218	8.281
Depósitos à ordem	1.239.020	697.752
Depósitos a prazo	8.125.000	5.525.000
	<u>9.374.238</u>	<u>6.231.033</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Depósitos a prazo” compreende aplicações no montante global de 8.125.000 Euros com vencimentos entre 13 de janeiro e 26 de abril de 2018.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2017				
	Saldo Inicial	Adições	Abates	Regulariz.	
Ativo Bruto					
Terrenos e outros recursos naturais	1.784.972	-	-	-	1.784.972
Edifícios e outras construções	15.603.416	41.520	(2.113)	-	15.642.823
Equipamento básico	500.832	2.537	(1.974)	-	501.395
Equipamento de transporte	46.937	-	(1.986)	-	44.951
Equipamento administrativo	2.658.290	55.166	(8.589)	12.206	2.717.073
Outros ativos fixos tangíveis	175.961	10.980	(231)	-	186.710
Ativos fixos tangíveis em curso	6.094	-	-	(6.094)	-
	<u>20.776.502</u>	<u>110.203</u>	<u>(14.893)</u>	<u>6.112</u>	<u>20.877.924</u>
Depreciações					
Terrenos e Recursos Naturais	278.864	-	-	-	278.864
Edifícios e outras construções	9.066.053	380.943	(2.113)	-	9.444.883
Equipamento básico	488.194	4.484	(1.974)	-	490.704
Equipamento de transporte	43.810	1.096	(1.986)	-	42.920
Equipamento administrativo	2.501.301	53.852	(8.589)	4.894	2.551.458
Outros ativos fixos tangíveis	157.475	10.385	(231)	-	167.629
	<u>12.535.697</u>	<u>450.760</u>	<u>(14.893)</u>	<u>4.894</u>	<u>12.976.458</u>
Ativo Líquido	<u>8.240.805</u>	<u>(340.557)</u>	<u>-</u>	<u>1.218</u>	<u>7.901.466</u>

No exercício de 2017, a rubrica de “Edifícios e outras construções” engloba obras realizadas essencialmente no parque de campismo de Olhão.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2016			
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Saldo Final
Ativo Bruto				
Terrenos e outros recursos naturais	1.784.972	-	-	1.784.972
Edifícios e outras construções	15.559.290	44.126	-	15.603.416
Equipamento básico	495.638	5.194	-	500.832
Equipamento de transporte	71.218	2.477	(26.758)	46.937
Equipamento administrativo	2.624.944	34.892	(1.546)	2.658.290
Outros ativos fixos tangíveis	162.933	13.028	-	175.961
Ativos fixos tangíveis em curso	-	6.094	-	6.094
	<u>20.698.995</u>	<u>105.811</u>	<u>(28.304)</u>	<u>20.776.502</u>
Depreciações				
Terrenos e Recursos Naturais	278.864	-	-	278.864
Edifícios e outras construções	8.687.660	378.393	-	9.066.053
Equipamento básico	480.725	7.469	-	488.194
Equipamento de transporte	68.363	2.205	(26.758)	43.810
Equipamento administrativo	2.441.440	61.137	(1.276)	2.501.301
Outros ativos fixos tangíveis	150.903	6.572	-	157.475
	<u>12.107.955</u>	<u>455.776</u>	<u>(28.034)</u>	<u>12.535.697</u>
Ativo Líquido	<u>8.591.040</u>	<u>(349.965)</u>	<u>(270)</u>	<u>8.240.805</u>

No exercício de 2016, a rubrica de “Edifícios e outras construções” engloba obras realizadas essencialmente no parque de campismo de Olhão e no centro de férias de Ferreira do Zêzere.

Em “Equipamento Administrativo” encontram-se registadas aquisições no âmbito do equipamento informático, nomeadamente a instalação da rede de Wi- Fi no parque de campismo de Olhão.

6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O movimento ocorrido na rubrica de “Outros Ativos Financeiros – Fundo de Compensação do Trabalho” nos exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2015	Dotação	Saldo em 31-12-2016	Dotação	Saldo em 31-12-2017
Fundos de Compensação Trabalho	708	446	1.154	743	1.897
	<u>708</u>	<u>446</u>	<u>1.154</u>	<u>743</u>	<u>1.897</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 10 de outubro de 2017, foi celebrada escritura de venda do imóvel denominado por “Palacete Leitão” que se encontrava registado nesta conta (Nota 24 b)).

	Saldo em 31-12-2016	Alienação	Saldo em 31-12-2017
Ativos não correntes detidos para venda	2.003.152	(2.003.152)	-
	<u>2.003.152</u>	<u>(2.003.152)</u>	<u>-</u>

8. ASSOCIADOS E OUTROS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Associados e outros” tem a seguinte composição:

	2017	2016
Créditos a Beneficiários:		
Conta Corrente Sócios, não sócios e Outros	54.213	28.837
	<u>54.213</u>	<u>28.837</u>
Cientes Cobrança Duvidosa:		
Associados - Contencioso	1.674	3.621
Associados	4.613	5.315
Outros devedores	89.647	89.648
	<u>95.934</u>	<u>98.584</u>
Cientes G.F. :		
Socios C.G.F	2.003	935
Trabalhadores C.G.F	494	493
	<u>2.497</u>	<u>1.428</u>
	<u>152.644</u>	<u>128.849</u>
Perdas por imparidade de associados e outros (Nota 12)	(96.172)	(97.447)
	<u>56.472</u>	<u>31.402</u>

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2017	2016
Saldos activos:		
Imposto sobre o valor acrescentado	280.492	288.296
Retenções na fonte (IRC)	5.040	8.414
	<u>285.532</u>	<u>296.710</u>
Saldos passivos:		
Contribuições para a Segurança Social	45.609	44.721
Imposto sobre o valor acrescentado	4.965	28.534
Retenções na fonte (IRS/IRC)	36.934	36.856
Contribuição Extraordinária de Solidariedade	-	13
	<u>87.508</u>	<u>110.124</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (Cont.)

Nos valores passivos relativos a dezembro de 2017 incluem-se as contribuições da Segurança Social, retenções na fonte de IRS / IRC e IVA – Imposto sobre o valor Acrescentado os montantes 45.609 Euros, 36.934 Euros e 4.965 Euros, respetivamente.

O saldo devedor de 280.492 Euros em 2017 inclui valores compensados no processo tributário de IVA relativo aos anos de 2000/2001 que se encontra impugnado judicialmente.

10. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros ativos correntes” apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Adiantamentos Subs. Doença/Pensões	112.702	114.706
Adiantamentos ao Pessoal	256	4.906
	<u>112.958</u>	<u>119.612</u>
USP	3.235.824	3.235.824
SAMS	2.222.251	3.500.000
Devedores F.A.E	205.900	279.534
Devedores F.A.E - Despesas escolares	175.478	177.389
FEBASE	3.702	8.291
UGT	5.904	16.252
INETESE	72.529	72.529
Lutuosa	25.857	28.940
	<u>5.947.445</u>	<u>7.318.759</u>
Quotizações a receber		
Das instituições de crédito	387.132	393.901
	<u>387.132</u>	<u>393.901</u>
Outros devedores	17.021	21.064
	<u>17.021</u>	<u>21.064</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos	8.334	-
Perdas por imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 12)	(113.023)	(117.249)
	<u>6.359.867</u>	<u>7.736.087</u>

Durante o exercício económico de 2017, no âmbito do Fundo de Auxílio Económico criado para apoio às despesas escolares, foram disponibilizados 280 apoios (294 em 2016), no montante global de 219.640 Euros (229.865 Euros em 2016). O valor do apoio e o período de restituição, depende do nível de escolaridade a que se destina e poderá ser no máximo 1.200 Euros e 12 meses, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2017, encontrava-se em dívida o valor correspondente a 175.478 Euros (177.389 Euros em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se em dívida o montante de 72.529 Euros no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado com o INETESE (Nota 24 a)). Esta dívida foi integralmente ajustada, na medida em que o INETESE se encontra em processo especial de revitalização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos mantidos com entidades relacionadas são os seguintes:

		2017	2016
Com os SAMS do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SAMS do SBSI):			
. Débitos a curto prazo - Outros	Nota 10	2.222.251	3.500.000
. Créditos a curto prazo - Outros	Nota 15	98.195	67.935
		<u>2.320.446</u>	<u>3.567.935</u>
Com a Unidade de Serviços Partilhados (USP):			
. Débitos a curto prazo - Adiantamento - Edifício Rua Elias Garcia	Nota 10	3.235.824	3.235.824
. Créditos a curto prazo - Outros	Nota 15	134.490	3.371
		<u>3.370.314</u>	<u>3.239.195</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o SBSI efetuou os seguintes débitos ao SAMS:

	2017	2016
Rendas de prédios urbanos	82.781	87.869
Reuniões estatutárias e outras	28.648	21.951
Serviços de contencioso	125.304	113.042
Revista "O Bancário"	13.423	11.899
	<u>250.156</u>	<u>234.761</u>

No exercício de 2017 e na sequência da transferência dos Serviços de Aprovisionamento Geral da USP para o SAMS, o SAMS debitou à Atividade Sindical pelos serviços prestados neste domínio, o montante de 1.921 Euros (1.962 Euros em 2016).

11. FUNDOS PATRIMONIAIS

A decomposição dos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é a seguinte:

	2017	2016
Resultados Transitados	1.793.105	1.410.762
Outras reservas		
Fundo Sindical	12.178.208	12.114.484
Fundo Greve e Solidariedade	7.083.867	6.892.696
Fundo de Auxílio Económico	300.000	300.000
Fundo da Lutuosa	279.327	279.327
	<u>19.841.402</u>	<u>19.586.507</u>
	<u>21.634.507</u>	<u>20.997.269</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
12. IMPARIDADE E PROVISÕES

O movimento ocorrido nas rubricas de imparidade e provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi como segue:

Descrição	Saldos em 31-12-2016	Reforços	Utilizações	Reversões	Saldos em 31-12-2017
Pensões de reforma	129.676	191.186	(202.175)	-	118.687
Processos fiscais em curso	483.966	-	-	-	483.966
	<u>613.642</u>	<u>191.186</u>	<u>(202.175)</u>	<u>-</u>	<u>602.653</u>
Imparidade de dívidas de associados e outros (Nota 8):					
Dívidas de beneficiários e sócios	4.495	2.703	(3.633)	-	3.565
Dívidas em contencioso	3.305	-	-	(345)	2.960
Outras dívidas de terceiros	89.647	-	-	-	89.647
	<u>97.447</u>	<u>2.703</u>	<u>(3.633)</u>	<u>(345)</u>	<u>96.172</u>
Imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 10):	117.249			(4.226)	113.023
	<u>214.696</u>	<u>2.703</u>	<u>(3.633)</u>	<u>(4.571)</u>	<u>209.195</u>
	<u><u>828.338</u></u>	<u><u>193.889</u></u>	<u><u>(205.808)</u></u>	<u><u>(4.571)</u></u>	<u><u>811.848</u></u>

Descrição	Saldos em 31-12-2015	Reforços	Utilizações	Reversões	Saldos em 31-12-2016
Pensões de reforma	136.544	192.458	(199.326)	-	129.676
Processos fiscais em curso	480.361	3.605	-	-	483.966
	<u>616.905</u>	<u>196.063</u>	<u>(199.326)</u>	<u>-</u>	<u>613.642</u>
Imparidade de dívidas de associados e outros (Nota 8):					
Dívidas de beneficiários e sócios	4.582	203	(290)	-	4.495
Dívidas em contencioso	5.749	-	-	(2.444)	3.305
Outras dívidas de terceiros	89.647	-	-	-	89.647
	<u>99.978</u>	<u>203</u>	<u>(290)</u>	<u>(2.444)</u>	<u>97.447</u>
Imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 10):	117.240	981	-	(972)	117.249
	<u>217.218</u>	<u>1.184</u>	<u>(290)</u>	<u>(3.416)</u>	<u>214.696</u>
	<u><u>834.123</u></u>	<u><u>197.247</u></u>	<u><u>(199.616)</u></u>	<u><u>(3.416)</u></u>	<u><u>828.338</u></u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de "Pensões de reforma" respeita ao compromisso assumido pelo SBSI de conceder aos seus empregados complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social. Para fazer face a esta responsabilidade, o SBSI constituiu uma provisão cujo o saldo ascendia, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a 118.687 Euros e 129.676 Euros, respetivamente. No exercício de 2017, o reforço da provisão ascendeu a 191.186 Euros.

Tem estado a ser efetuado estudo atuarial por entidade especializada com vista à determinação das responsabilidades assumidas mostrando-se a provisão constituída, à partida, insuficiente para fazer face a essas responsabilidades em montante ainda não definitivamente estimado pelo facto do estudo ainda não ter sido concluído.

Na rubrica "Processos fiscais em curso" encontra-se registada a provisão para processos fiscais em sede de IVA, no valor correspondente a 483.966 Euros, em 2017, respeitantes aos anos de 2000/2001 e 2002 e que se encontram impugnados judicialmente. Esta provisão não foi reforçada no exercício de 2017 (Nota 9).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de “Fornecedores apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Fornecedores conta corrente	284.761	260.785
	<u>284.761</u>	<u>260.785</u>

14. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

No exercício de 2016, na rubrica de “Operações de investimento” encontrava-se registada a quantia de 1.200.000 Euros recebida a título de sinal pela celebração do contrato de promessa de compra e venda do imóvel denominado de “Palácio Leitão”.

Em 10 de outubro de 2017, foi celebrada escritura de venda deste imóvel (Nota 24 b)).

15. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
SAMS - Serviços de Assistência Médico Social	98.195	67.935
USP - Unidade Serviços Partilhados	135.490	3.371
Lutuosa	382.963	350.897
Sindicatos Congéneres	37.374	41.662
Sindicatos	625	258
Outros credores por acréscimos	321.513	340.499
Outros Credores	33.568	47.787
	<u>1.009.728</u>	<u>852.409</u>

No exercício findo em 2017, na rubrica “Outros credores por acréscimos” está englobada a responsabilidade com férias e subsídio de férias para com os trabalhadores no valor de 305.406 Euros (325.543 Euros em 2016).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

16. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A rubrica “Vendas e Serviços prestados”, nos exercícios de 2017 e 2016, tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Quotizações		
Instituições Bancárias	6.317.904	6.521.173
Trabalhadores	52.911	80.472
	<u>6.370.815</u>	<u>6.601.645</u>
Prestações de Serviços		
Organização de Circuitos turísticos	788.812	673.533
Exploração Hoteleira e similar	294.080	335.418
Campismo e Caravanismo	1.368.256	1.305.849
	<u>2.451.148</u>	<u>2.314.800</u>
Outros Subsídios Exploração	45.104	36.270
	<u>8.867.067</u>	<u>8.952.715</u>

Em 2017, comparativamente a 2016, constata-se um incremento na rubrica de “Prestações de serviços” resultante de uma maior dinamização da oferta dos serviços disponibilizados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 verifica-se a diminuição ao nível da rubrica das “Quotizações” cujo valor ascendeu a 6.370.815 Euros (6.601.645 Euros em 2016).

17. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Matérias primas, subsidiárias e consumo	27.033	27.308
Mercadorias	176	2.534
	<u>27.209</u>	<u>29.842</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” tem a seguinte composição:

	2017	2016
Subcontratos:		
Atividades turísticas	758.157	649.773
Serviços financeiros	283.434	297.589
Serviços de manutenção e instalação	220.517	230.056
Revista Febase	199.893	190.390
Serviços administrativos	184.785	249.102
Aluguer de aldeamentos	140.797	142.704
Serviços de estudos e auditoria	137.814	118.098
Serviços de informática	137.589	161.579
Limpeza, higiene e conforto	92.847	96.964
Manutenção e instalação equipamentos	89.738	97.254
Segurança	80.428	82.876
Serviços Recursos Humanos	63.176	63.077
Outros subcontratos	125.616	103.860
	<u>2.514.791</u>	<u>2.483.322</u>
Fornecimentos e Serviços:		
Deslocações e Estadas	302.529	220.248
Trabalhos Especializados	274.217	227.323
Comunicação	228.490	226.686
Eletricidade	217.050	247.755
Honorários	183.112	170.689
Conservação e Reparação	169.361	196.281
Rendas e Alugueres	109.468	112.594
Despesas de representação Órgãos Sociais	86.817	113.234
Seguros	62.146	36.215
Água	60.305	44.639
Publicidade e Propaganda	60.235	64.254
Combustíveis	52.369	46.664
Outros Fluidos	40.510	34.746
Artigos para Oferta	40.271	68.237
Outros	162.986	175.972
	<u>2.049.866</u>	<u>1.985.537</u>
	<u>4.564.657</u>	<u>4.468.859</u>

O total de serviços subcontratados à USP que se encontram englobados em diferentes sub rubricas da conta de “subcontratos”, totalizam 1.027.315 Euros e 1.119.501 Euros, no final de 2017 e 2016, respetivamente.

Na rubrica “Rendas e alugueres” encontram-se incluídos os seguintes valores relativos contratos de aluguer operacional, em 2017 e 2016:

2017	Valor da renda anual	Rendas vincendas inferiores a 5 anos
Viaturas	81.929	65.519
Equipamento Informático	9.882	9.882
Fotocopiadoras / Impressoras	9.492	9.492
2016	Valor da renda anual	Rendas vincendas inferiores a 5 anos
Viaturas	84.853	94.331
Equipamento Informático	15.051	15.500
Fotocopiadoras / Impressoras	4.746	4.746

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
19. GASTOS COM O PESSOAL

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais e os custos com o pessoal nos exercícios de 2017 e 2016 foram os seguintes:

	2017	2016
Remunerações dos Órgãos Sociais	272.094	254.427
Remunerações do pessoal	1.577.504	1.607.007
Encargos sobre remunerações	501.820	507.141
Encargos com seguros	12.443	12.843
Custos de ação social	6.208	9.910
Outros gastos com o pessoal	407.584	389.861
	<u>2.777.653</u>	<u>2.781.189</u>

20. OUTROS RENDIMENTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Rendimentos Suplementares:		
Cedência de bens e serviços	85.787	78.164
Concessão estabelecimentos comerciais	20.645	21.864
Cursos de Arte	28.083	31.946
Alienação Investimentos não Financeiros	-	2.673
Gestão FAEs	23.733	25.056
Outros	24.197	13.977
	<u>182.445</u>	<u>173.680</u>
Rendas de prédios urbanos		
SAMS	82.781	87.869
Outros	3.851	3.851
Outros rendimentos e ganhos		
Reembolso Viagens	51.662	29.783
Outros	35.459	81.447
	<u>356.198</u>	<u>376.630</u>

21. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Outros gastos” apresenta a seguinte decomposição:

	2017	2016
Quotizações:		
U.G.T. -Uniao Geral Trabalhadores	445.957	459.670
FEBASE	85.920	99.936
U.G.T. - Quotização extraordinária	21.000	21.000
Outras	49.064	50.877
	<u>601.941</u>	<u>631.483</u>
Ofertas e Prémios	26.659	3.942
Impostos	10.796	12.748
Cooperação	3.902	4.537
Dívidas incobráveis	636	510
Perdas em investimentos não financeiros	143	-
Outros	93.766	91.374
	<u>737.843</u>	<u>744.594</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
22. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

A rubrica “Juros e outros rendimentos similares” tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros de depósitos bancários	24.044	33.656
Outros	5.616	1.105
	<u>29.660</u>	<u>34.761</u>

23. GASTOS DE FINANCIAMENTO

A rubrica “Gastos de financiamento” tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços Bancários	16.452	17.849
Outros	716	34.928
	<u>17.168</u>	<u>52.777</u>

24. PRINCIPAIS PROTOCOLOS E CONTRATOS
a) Protocolo de Colaboração com o INETESE

Em 20 de julho de 2012 foi celebrado Protocolo de Colaboração entre o SBSI e a Associação para o Ensino e Formação, denominado de INETESE, para promover e desenvolver ações conjuntas no apoio à qualificação e formação profissional.

No âmbito deste protocolo o SBSI disponibilizou à INETESE o montante global de 100.000 Euros cujo reembolso será realizado de outubro de 2012 até abril de 2015, segundo um plano de pagamentos mensais estabelecido no próprio protocolo. No exercício de 2016 a dívida do INETESE foi conciliada no montante de 72.529 Euros.

Por decisão do Tribunal de Comércio de Lisboa, datado de 15 de janeiro de 2016, foi decretado o Processo Especial de Revitalização da INETESE, tendo a dívida, no valor de 72.529 Euros, sido integralmente ajustada. Esta situação mantém-se no exercício findo de 2017.

b) Contrato Promessa de Compra e Venda do Palácio Leitão

Foi celebrado em 10 de outubro de 2017, entre o SBSI e a PEARLWAVE Lda., escritura de compra e venda do imóvel denominado de Palácio Leitão, no valor de 12.000.000 Euros, integralmente recebido na data da escritura.

No contexto desta alienação, a Direção do SBSI deliberou:

- A afetação contabilística do proveito resultado da venda (mais valia contabilística) em Outros Proveitos no SAMS, no montante de 9.996.848 Euros. Este imóvel adquirido pelo SAMS, em 1981, foi transferido para a Atividade Sindical, no exercício de 2004, encontrando-se registado em “Ativos não Correntes Detidos para Venda”, desde 2010, pelo montante de 2.003.152 Euros (Nota 8).
- A partilha do encargo da comissão de intermediação entre a Atividade Sindical e o SAMS, na proporção do valor do imóvel afeto, ou seja 123.000 Euros e 615.000 Euros (Iva incluído), respetivamente (Nota 26).

Pela mediação, efetivação e finalização desta operação, o SBSI celebrou com a empresa SUBLIMEPOPEIA contrato de mediação, datado de 27 de setembro de 2016 e objeto de adenda em 29 de dezembro de 2016. A título de remuneração, o contrato estabelece uma comissão de 5% sobre o preço final da transação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção do SBSI em 12 de março de 2018.

A DIREÇÃO

Rui Fernando da Cunha Mendes Riso – Presidente
Rui Manuel dos Santos Alves – Vice -Presidente
Paulo de Amaral Alexandre - Secretário
João Nunes de Carvalho - Tesoureiro
António José Real da Fonseca
Cristina Alexandra Pereira Trony
José Maria Pastor de Oliveira
Humberto Miguel Lopes da Cruz Cabral
Fernando Horácio de Jesus Oliveira
António Manuel Tavares Ramos
Carlos Daniel da Paz Castanheira Bispo
Ângela Cardoso Ruivo Nunes Filipe
Rute Cláudia Marques Jesus Almeida

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS DO EXERCÍCIO DE 2017

De harmonia com o disposto no art.º 81, n.º 2 dos Estatutos do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, a Direção do propõe a aplicação do saldo positivo do exercício de 2017, no montante de 488.316,68 Euros, nos seguintes Fundos:

- Fundo Sindical	48.831,67 Euros
- Fundo de Greve e de Solidariedade	146.495,00 Euros
- Resultados Transitados	292.990,01 Euros

Lisboa, 12 de Março de 2018

A DIREÇÃO

Rui Fernando da Cunha Mendes Riso – Presidente
Rui Manuel dos Santos Alves – Vice -Presidente
Paulo de Amaral Alexandre - Secretário
João Nunes de Carvalho - Tesoureiro
António José Real da Fonseca
Cristina Alexandra Pereira Trony
José Maria Pastor de Oliveira
Humberto Miguel Lopes da Cruz Cabral
Fernando Horácio de Jesus Oliveira
António Manuel Tavares Ramos
Carlos Daniel da Paz Castanheira Bispo
Ângela Cardoso Ruivo Nunes Filipe
Rute Cláudia Marques Jesus Almeida